

República Federativa do Brasil
ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXX — 81.º — DA REPÚBLICA — N. 22.112 BELEM — TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1971

GOVERNADOR DO ESTADO — ENG.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

VICE-GOVERNADOR — Cel. NEWTON BURLAMAQUI BARREIRA

DESTAQUES NESTA EDIÇÃO



DECRETOS Ns. 7.660,
7.661, 7.662, 7.663 e
7.664

PORTARIAS Ns. 1609,
1610, 1611, 1612, 1613,
1614, 1615, 1616, 1617,
1618, 1619, 1620, 1621,
1622 e 1623

DECRETO
Do Governo do Estado

— : : : —
PORTARIA N. 19
Da Secretaria de Estado
de Governo

— : : : —
RESOLUÇÕES Ns. 41 e 42
Do Conselho Estadual
de Educação

SECRETARIADO

Gabinete Civil — Eng.º EMMANUEL CAUBY DE
FIGUEIREDO

Gabinete Militar — Ten. Cel. JOSÉ AZEVEDO
BAHIA FILHO

Governo — Sr. GEORGENOR DE SOUSA FRAN-
CO

Interior e Justiça — Dr. JOAQUIM LEMOS GO-
MES DE SOUZA

Fazenda — General R-1 RUBENS LUZIO VAZ
Viação e Obras Públicas — Eng.º OSMAR PINHEI-
RO DE SOUZA

Saúde Pública — Dr. OCTAVIO BANDEIRA
CASCAES

Educação — Prof. JONATHAS PONTES
ATHIAS

Agricultura — Eng.º Agr.º EURICO PINHEIRO
Segurança Pública — Major R-1 VINÍCIUS MAR-
TINS DE OLIVEIRA MELO

Procurador — Dr. ALMIR DE LIMA PEREIRA
Serviço Público — Sr. JOSÉ NOGUEIRA SO-
BRINHO

PÁGINAS: 8 a 17

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
APROVAÇÕES DE PROCESSOS DE SENTENÇA

DECRETO N. 7.660 DE 2 DE SETEMBRO DE 1971

Homologa Resolução do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica homologada a Resolução n. 137 de 05 de agosto de 1971, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, que autoriza o Superintendente do IPASEP providenciar a abertura do crédito suplementar no valor de Cr\$ 179.700,00 (cento e setenta e nove mil e setecentos cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que se encontram insuficientes para atender os encargos da autarquia.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
Georgenor de Sousa Franco
Resp. p/ Secretaria de Estado de Governo

RESOLUÇÃO N. 137 DE 05 DE AGOSTO DE 1971

O Presidente do Conselho Previdenciário do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n. 7.102, de 26 de junho de 1970, e,

Considerando que, de acordo com o parágrafo 1.º, do art. 63, do Decreto-Lei n. 183, de 24 de março de 1970, é da competência do Conselho Previdenciário autorizar a abertura de crédito adicionais;

Considerando que, de acordo com a exposição feita pelo Diretor do Departamento de Administração, diversas dotações constantes do orçamento vigente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará, apresentam-se insufi-

PODER EXECUTIVO

Governo do Estado do Pará

cientes para atender aos encargos da Autarquia;

Considerando a decisão do Conselho Previdenciário tomada em sua reunião desta data,

RESOLVE:

Art. 1.º — AUTORIZAR o Senhor Superintendente do IPASEP a providenciar a

abertura do crédito suplementar no valor de Cr\$ 179.700,00 (Cento e Setenta e Nove Mil e Setecentos Cruzeiros), para reforço de dotações orçamentárias que se encontram insuficientes para atender aos encargos da Autarquia, observada a seguinte codificação:

Código	Rubrica		
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	PESSOAL		
01.04	Serviços Extraordinários ..	4.000,00	4.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		
02.00	Artigos de Expediente ...	20.000,00	
02.05	Outros Materiais de Consumo	5.000,00	25.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS		
03.05	Publicidade e Publicações .	6.000,00	
03.07	Gratificações Especiais	5.000,00	
03.08	Outros Serv. Profissionais	6.000,00	
03.09	Água, Luz, Gás e Telefone	50.000,00	
03.10	Serviços Postais e Telefônicos	300,00	
03.15	Outros Serviços de Terceiros	30.000,00	97.300,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.6.0	JUROS BNH C/ FIN. IMOBILIÁRIO	35.000,00	
3.2.5.1	INATIVOS	400,00	35.400,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
4.3.1.0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
01.00	BNH C/ Plano Imobiliário	18.000,00	18.000,00
T O T A L		Cr\$ 179.700,00	

Art. 2.º — O crédito suplementar de que trata o art. 1.º, correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis oriundos do excesso de arrecadação.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor após a sua homologação pelo Exmo. Senhor Governador do Estado e deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz
Presidente do Conselho Previdenciário
(G. — Reg. n. 1075)

DECRETO N. 7.661 DE 3 DE SETEMBRO DE 1971

Exclui do Regime de Tempo

Integral Chefe do Gabinete Civil do Governador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica excluído do Regime de Tempo Integral, concedido pelo Decreto n. 7.512, de 7 de abril de 1971, o Senhor Georgenor de Sousa Franco, Chefe do Gabinete Civil do Governador do Estado.

Art. 2.º — A exclusão tratada no art. anterior, terá vigência a partir de 25 de agosto de 1971, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro

de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
Joaquim Lemos Gomes de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça
(G. — Reg. n. 1080)

DECRETO N. 7.662, DE 3 DE SETEMBRO DE 1971

Concede Regime de Tempo Integral ao Chefe do Gabinete Civil do Governador.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido Regime de Tempo Integral, estabelecido pela Lei n. 3.642, de 14 de janeiro de 1966, com a vantagem de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos do Chefe do Gabinete Civil do Governador do Estado, ao Eng.º Emmanuel Cauby de Figueiredo, Titular do referido Gabinete.

Art. 2.º — A presente concessão terá vigência a partir de 25 de agosto do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1971.

Eng. FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
Georgenor de Sousa Franco
Secretário de Estado de Governo
(G. — Reg. n. 1080)

DECRETO N. 7.663 DE 3 DE SETEMBRO DE 1971

Inclui no Regime de Tempo Integral Secretário de Estado de Governo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica sujeito ao Regime de Tempo Integral, estabelecido pela Lei n. 3.642, de 14 de janeiro de 1966, com a vantagem de 100% (cem por cento) sobre seus respectivos vencimentos, o Senhor Georgenor de Sousa Franco, Secretário de Estado de Governo.

Art. 2.º — A presente inclusão terá vigência a partir de 1.º de setembro de 1971, revogadas as disposições em

contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE
LEAO GUILHON
Governador do Estado
Joaquim Lemos Gomes
Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça
(G. — Reg. n. 1080)

DECRETO N. 7.664 DE 3
DE SETEMBRO DE 1971

Designa substituto para responder pelo expediente da Prefeitura Municipal de Almeirim.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º — Designar, nos termos do item I IN FINE, do § 4.º, do artigo 67 do Decreto-lei Estadual n. 164, de 23 de janeiro de 1970, combinado com o artigo 3.º da Lei n. 5.449, de 4 de junho de 1968, com a nova redação dada pelo Decreto-lei n. 560, de 29 de abril de 1969, ambos do Governo Federal, o senhor Mariocary de Abreu Paiva, Secretário da Prefeitura Municipal de Almeirim, para responder pelo expediente da mesma Prefeitura, na qualidade de substituto designado nas faltas do Prefeito nomeado que não excedam a trinta (30) dias.

Art. 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE
LEAO GUILHON

Governador do Estado
Georgenor de Sousa Franco
Secretário de Estado
de Governo

Dr. Joaquim Lemos Gomes
de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça
(G. — Reg. n. 1086)

DECRETO N. 7.667 DE 3 DE
SETEMBRO DE 1971

Reajusta em 20% as Tarifas dos Transportes Coletivos Rodoviários intermunicipais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do ofício CIP n. 2556/71, de 24.8.71, através do qual a Secretaria Executiva do Conselho Interministerial de Pregos comunica haver o CIP aprovado, em caráter precário, um reajuste de 20% sobre a Tabela vigente de coeficientes tarifários para transportes coletivos rodoviários intermunicipais;

CONSIDERANDO os termos do ofício DER-PA n. 01147, de 01.09.71, com o qual o Departamento de Estradas de Rodagem apresenta ao Executivo Estadual o cálculo das novas tarifas, a vigorarem em decorrência da comunicação da CIP;

DECRETA:

Art. 1.º — Reajusta em 20% em caráter precário, as tarifas dos transportes coletivos rodoviários intermunicipais, cujos coeficientes serão os seguintes:

a) Tarifa "A", com imposto:
Tipo I — 0,024721
Tipo II — 0,031633
sem Imposto:

Tipo I — 0,023486
Tipo II — 0,030052

b) Tarifa "B", com imposto:
Tipo I — 0,029462
Tipo II — 0,037687
sem Imposto:

Tipo I — 0,027990
Tipo II — 0,035804

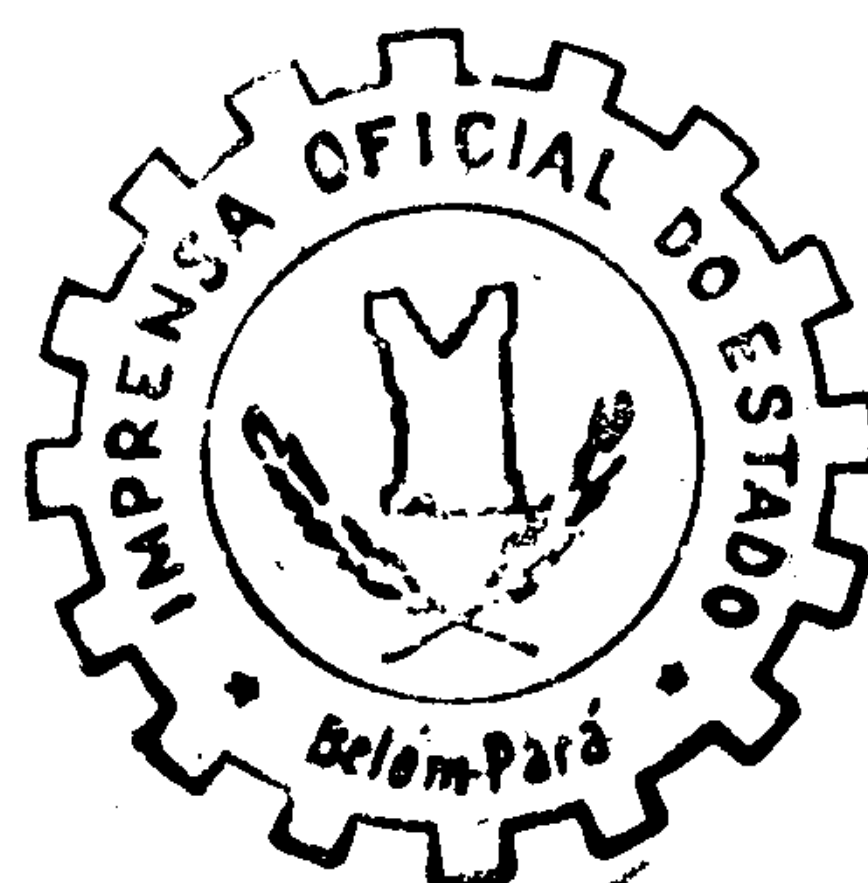
c) Tarifa "C", com imposto:
Tipo I — 0,030640
Tipo II — 0,039195
sem Imposto:

Tipo I — 0,029109
Tipo II — 0,037237

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE
LEAO GUILHON
Governador do Estado

* Republicada por ter saído com incorreções no "D. O." n. 22.111, de 4 de setembro de 1971.



Diretoria, Administração, Redação e Oficinas:
Av. Almirante Barroso n. 735 — Fone: 9998
Belém-Pará

Diretor Geral:
Dr. FERNANDO FARIAS PINTO
Redator-Chefe:

Prof.ª EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Assinaturas		Venda de Diários	
	Cr\$		Cr\$
Número avulso	0,40	Número atrasado ao ano, aumenta ...	0,10
NA CAPITAL:		Publicações	
OUTROS ESTADOS		Página comum, cada centímetro ...	2,50
Anual	95,00	Página de Contabilidade —	
Semestral	47,50	preço fixo	300,00
E MUNICÍPIOS			
Anual	120,00		
Semestral	60,00		

As Repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação, no horário das 07,30 às 12,30 horas, diariamente, excetuando os sábados.

As reclamações nos casos de erros ou omissões, devem ser formuladas através de petição ou ofício, diretamente ao Gabinete do Diretor, no máximo 24 horas após a circulação do Diário, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.

As publicações grátis e pagas só serão recebidas se estiverem acompanhadas de ofício ou memorando da parte interessada.

As assinaturas tanto da Capital como do interior ou outros Estados, serão aceitas em qualquer época e as vencidas e não renovadas deixarão de ser remetidas automaticamente. Os pagamentos de publicações e assinaturas deverão ser feitos preferencialmente, em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

Os funcionários públicos estaduais, terão uma redução de 50% na assinatura anual do "Diário Oficial".

Livros de Escrituração e de
Protocolos — Confeccionamos,
Mediante Solicitações dos
interessados.

PORTARIA N. 1.609 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Designar o Bacharel em Direito João Maria Lobato da Silva, ocupante do cargo, em comissão, de Procurador Fiscal Chefe, para, de acordo com o disposto no artigo 126 do Decreto-lei n. 58, de 22 de agosto de 1969, funcionar junto ao Conselho de Recursos Fiscais do Estado, como representante da Fazenda Estadual.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.610 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Autorizar o Engenheiro Agrônomo Eurico Pinheiro, Secretário de Estado de Agricultura, a viajar com destino ao Estado da Bahia, a fim de participar da Reunião para Discussão do Plano Nacional da Borracha, promovida pelo Ministério da Agricultura e a realizar-se no período de 31 de agosto a 5 de setembro do corrente ano, no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste, com sede em Cruz das Almas, no Estado da Bahia.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.611 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Designar o Eng.º Agr.º Vicente Balby Reale, para responder pela Secretaria de Estado de Agricultura durante o impedimento do titular que foi autorizado a viajar com destino ao Estado da Bahia.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.612 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas e tendo em vista o que consta do processo n. 7457/71|DSP,

RESOLVE:

Designar o doutor Paulo Vergolino Dias, ocupante do cargo de Médico, Nível 24, do Quadro Permanente, lotado no Hospital dos Servidores do Estado da Secretaria de Estado de Saúde Pública, para representar o Estado do Pará, no XVI Congresso Brasileiro de Oftalmologia a realizar-se em Campinas, no Estado de São Paulo, no período de 4 a 8 de setembro do corrente ano, sem ônus para o Estado.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.613 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Determinar que continue servindo na Secretaria de Estado de Saúde Pública, até 31 de dezembro do corrente ano, Helena Barbosa de Castro, ocupante efetiva do cargo de Auxiliar de Administração, Padrão C, do Quadro Permanente, lotado

no Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da Secretaria de Estado de Agricultura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.614 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Designar Silvio Serra de Moraes Rêgo Neto, ocupante do cargo em comissão, de Secretário da Câmara de Letras e Artes do Conselho Estadual de Cultura para responder pelo expediente da Secretaria Geral do referido Conselho.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.615 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas, e,

CONSIDERANDO que a gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida de que trata a Lei n. 4.298, de 24 de dezembro de 1968, foi estendida a servidores do Hospital "Juliano Moreira".

RESOLVE:

I — Aprovar a seguinte relação dos ocupantes de cargos e funções apresentada pelo Secretário de Estado de Saúde Pública para efeito de percepção da gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos e salários pela execução efetiva de trabalho de natureza especial com risco de vida nas unidades psiquiátricas do Hospital "Juliano Moreira".

1 — ASSISTENTE

SOCIAL:

Maria de Nazaré Azevedo Damaso — 1.03.71;

Maria J. de Figueiredo Gonçalves — 1.03.71;

2 — ENFERMEIRO:

Maria Zolima Cotta de Araújo — 1.02.71;

3 — ATENDENTE:

Antonio Manoel Pinheiro — 1.03.71;

Bernardino Reis Lisboa — 1.03.71;

Edileia Lobo Barata — 1.01.71;

Francisca Rodrigues de Barros — 1.03.71;

Ivanilda Oliveira Cabral — 1.03.71;

Iracema dos Santos Oliveira — 1.01.71;

Luciclea Oliveira da Silva — 1.03.71;

Maria da Conceição Teixeira Santos — 1.03.71;

Raimundo Pereira de Almeida — 1.03.71;

Raimundo de Oliveira — 1.01.71;

Rita Barroso Jerônimo — 1.01.71;

Waldir Castro de Almeida — 1.03.71;

4 — COZINHEIRO:

Benedita Silva Dias — 1.01.71;

5 — SERVENTE:

Jair Rodrigues Figueiredo — 1.01.71;

José de Ribamar Vilar Freire — 1.01.71;

Maria Tereza Miranda Araújo — 1.03.71;

Raimundo Azevedo da Costa — 1.01.71;

6 — AUXILIAR DE ENFERMAGEM:

Maria José Andrade Brasil — 1.01.71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.616 DE 31
DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas e tendo em vista o que consta do processo n. 7.456/71|DSP,

RESOLVE:

Por à disposição da Companhia Nacional de Alimentação Escolar, Ivone Sena dos Santos, ocupante efetiva do cargo de Inspetor de Ensino Primário, Nível EP 4, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.617 DE 31 DE AGOSTO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas e tendo em vista o que consta do processo n. 7455/71/DSP,

RESOLVE:

Por à disposição da Companhia Nacional de Alimentação Escolar, Maria de Fátima Antunes de Sousa, ocupante efetiva do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária da Secretaria de Estado de Educação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de agosto de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1.618 DE 1.º DE SETEMBRO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a senhora Dora Melo Dias, do cargo de Diretor da Colônia de Marituba, pelo qual vinha respondendo, de acordo com a Portaria n. 635, de 27 de junho de 1968.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 1.º de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1619 DE 2 DE SETEMBRO DE 1971

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Autorizar a Secretaria de Estado da Fazenda, a efetuar mensalmente até decisão em contrário, o pagamento da quantia de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) ao Matadouro do Maguari, à conta do elemento 3.1.3.0 Serviços de Terceiros — 15.00 Outros serviços de terceiros, do Orçamento Anual da referida Secretaria, para atender as despesas decorrentes da prestação de serviços pelos praticantes do magarefes e outros absolutamente necessários aquele Matadouro, observado o disposto na legislação vigente (artigos 34 da Lei número 4.296, de 20 de novembro de 1968, regulamentada pelo Decreto n. 7.143, de 27 de julho de 1969).

A presente Portaria revoga a de número 1.381, de 13 de fevereiro de 1971.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de setembro de 1971.

(a) Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

Governador do Estado
(G. Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1620 DE 2 DE SETEMBRO DE 1971

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Recomendar aos senhores dirigentes das Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, o exato cumprimento das disposições legais, sobre a obrigatoriedade das despesas com a aquisição de material ou prestação de serviços serem previamente empenhados.

Segundo o disposto na Lei Federal número 4.320, de 17.3.64, o empenho da despesa é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (artigo 58).

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (artigo 59).

É vedada a realização da despesa sem prévio empenho (artigo 60).

Para cada empenho será extraído um documento denominado "Nota de Empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (artigo 61).

Diante dos termos claros e precisos dos dispositivos acima mencionados está nater que o seu desconhecimento implicará em responsabilidade funcional para quem ordenar a realização da despesa sem dispor do necessário crédito ou deixar de mandar empenhá-la previamente.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de setembro de 1971.

(a) Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON — Governador do Estado

(G. Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1621 DE 2 DE SETEMBRO DE 1971

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

1. Recomendar aos senhores dirigentes das Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, que baixem normas de serviço objetivando tornar efetivas as seguintes providências, de caráter urgente:

1.1. Recomendando aos senhores dirigentes das Unidades Executoras subordinadas e bem assim aos responsáveis pela elaboração de folhas de vencimentos, que exercam permanente fiscalização na organização dessas

folhas, de vez que, nos termos da Portaria Governamental número 715, de 3 de agosto de 1968, em pleno vigor, a responsabilidade dos encargos da confecção e da conferência das referidas folhas não elimina a do dirigente da unidade executora que colocar o seu "visto" nos aludidos documentos.

1.2. De acordo com a citada Portaria, o funcionário designado para organizar as folhas de vencimentos é responsável pela legalidade da despesa, exatidão dos cálculos, inclusão de nomes ou quantias indevidamente ou em desacordo com as normas em vigor, inclusive as constantes na mencionada Portaria. O funcionário encarregado da conferência das folhas responderá em todas as instâncias pela exatidão daquilo que declarou conferido com a garantia de sua assinatura.

1.3. Recomendando que a inclusão do nome de qualquer servidor em folha de vencimentos seja precedida da constatação da publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, do ato de nomeação ou de admissão, devendo constar das "observações" da folha de vencimentos o número e a data do referido ato. No caso de exoneração ou demissão, esse fato deverá constar da folha, nas mesmas condições.

1.4. A frequência ao serviço deverá merecer por parte dos responsáveis pela elaboração das folhas de vencimentos, especial atenção e bem assim, os prazos de licença de qualquer natureza, para que não sejam ultrapassados.

2. Cada unidade executora deverá organizar sua própria folha de vencimentos, não sendo aconselhável a organização de uma folha única, incluindo todo o pessoal da unidade orçamentária, do qual que esse sistema sobrecarregue grandemente os trabalhos da Tesouraria da Unidade Orçamentária.

No caso da SEDUC, as folhas deverão ser organizadas pelas unidades escolares da capital e do interior, sempre que possível.

3. O pagamento do vencimento

dos vencimentos e vantagens às unidades executoras deve constituir encargo da Secretaria da Unidade Orçamentária, competindo-lhe adotar as cautelas legais ao realizar tais pagamentos.

3.1. No ato do pagamento às unidades executoras deverão ser entregues, mas, pela Tesouraria da unidade orçamentária, os cheques individuais de pagamento elaborado pelo DEPRO.

4. Aos responsáveis pelas unidades executoras inclusive das unidades escolares compete prestar contas mensalmente das quantias recebidas da Tesouraria da unidade orçamentária. Essa prestação de contas consistirá na apresentação de um demonstrativo contendo uma coluna para "Receita", de uma para "Despesa" e outra para "Saldo". Na primeira coluna deverá ser mencionada a quantia líquida recebida da Tesouraria; na segunda, o total dos pagamentos efetuados, e na última, o saldo, se houver. O demonstrativo deverá ser organizado em (3) três vias, destinam-se as duas primeiras à Tesouraria e a terceira ao Arquivo da unidade executora ou da unidade escolar; o demonstrativo deverá ser datado e assinado pelo dirigente da unidade executora ou responsável pela unidade escolar.

4.1. O total dos pagamentos, efetuados, a ser lançado na coluna "Despesa" deverá corresponder ao montante dos cheques individuais de pagamento emitidos pelo DEPRO, devidamente quitados pelos interessados. A quantia lançada na coluna "Saldo" deverá corresponder ao total dos cheques individuais não pagos por qualquer motivo, até a data de prestação de contas e aos descontos efetuados pela unidade executora e que devam ser recolhidos à Tesouraria da Unidade Orçamentária, para posterior destino.

4.2. Os cheques individuais quitados deverão ser relacionados em três (3) vias, mencionando-se o nome dos favorecidos e os respectivos totais pagos. Os cheques in-

dividuais não quitados também deverão ser relacionados em três (3) vias, com a indicação dos respectivos nomes e valores. As quantias recolhidas a qualquer título deverão ser relacionadas em três (3) vias, com os devidos esclarecimentos, a fim de possibilitar à Tesouraria o recolhimento ou pagamento a quem do direito.

5. A Tesouraria da unidade orçamentária ao receber o demonstrativo referido no item 4 procederá a devida conferência, inclusive das relações dos cheques individuais e dos descontos, e providenciará a necessária classificação da despesa, segundo a codificação orçamentária, a qual deverá ser datada e assinada. A 1ª. via do demonstrativo, acompanhada da 2ª. via da relação dos cheques individuais pagos e a 2ª. via da relação dos cheques não quitados, destinam-se à Contadoria Seccional que atender os encargos da Unidade Orçamentária, devendo permanecer na Tesouraria as demais vias desses documentos, acompanhados de todos os cheques individuais (1ª. e 2ª. vias). De posse da documentação entregue pela Tesouraria a Contadoria Seccional providenciará o demonstrativo da prestação de contas mensal.

5.1. Juntamente com a "Prestação de Contas de Pessoal" da unidade orçamentária deverão ser enviados ao Tribunal de Contas do Estado, as 1ª. vias das relações dos cheques individuais quitados e dos não quitados, sendo que a primeira dessas relações deverá ser acompanhada dos respectivos cheques individuais, devidamente colecionados, atendida a mesma ordem da "Folha de Pagamento" elaborada pelo DEPRO. Os cheques não quitados deverão permanecer na Tesouraria da unidade orçamentária, aguardando o comparecimento do interessado, para pagamento. Nesse caso, a respectiva comprovação será feita no mês em que ocorrer o pagamento.

Se o interessado não comparecer à Tesouraria para

receber os vencimentos ou salários retidos, no prazo de trinta (30) dias, a respectiva quantia deverá ser recolhida ao Departamento de Despesa da SEFA, acompanhada da respectiva guia. Idêntica providência deverá ser tomada em relação aos vencimentos e salários retidos até o dia 31 de dezembro.

5.2. Caberá à Tesouraria do destino conveniente, no prazo legal, as quantias recolhidas e constantes da coluna "Saldo", do demonstrativo das unidades executoras acima referido.

6. A Prestação de Contas de Pessoal das unidades orçamentárias deverá ser datada do último dia do mês e deverá mencionar obrigatoriamente, o saldo que passou do mês anterior e as quantias recebidas da Secretaria da Fazenda, no decorrer do mês.

6.1. No caso da unidade orçamentária não haver recebido da Secretaria da Fazenda, durante o mês, qualquer quantia para pagamento de pessoal, ainda assim deverá organizar a respectiva "Prestação de Contas de Pessoal" a qual só poderá deixar de ser feita se não houver passagem de saldo do mês anterior. Nesse caso, a unidade orçamentária deverá comunicar em ofício aquela Secretaria, o motivo pelo qual deixou de enviar a respectiva Prestação de Contas, no prazo fixado.

6.2. O fato de não haver sido concluído o pagamento do pessoal no decorrer do mês não deverá impedir a elaboração, na época devida, da "Prestação de Contas de Pessoal". As quantias não pagas por qualquer motivo deverão ser mencionadas na coluna "Saldo", da Prestação de Contas da Unidade Orçamentária.

6.3. As "Prestações de Contas", em caso algum, poderão deixar de mencionar o total de vencimentos, salários e vantagens recebidos no decorrer do mês, da Secretaria da Fazenda. É inadmissível a remessa ao Tribunal de Contas do Estado, de Prestações de Contas parciais.

6.4. O documento que comprova o pagamento das despesas com pessoa (vencimentos, salários e vantagens) é o cheque individual de pagamento elaborado pelo DEPRO, devidamente quitado pelo Beneficiário ou pelo estabelecimento bancário em que houver sido depositado; a própria folha de vencimentos contendo o recibo individual do interessado ou ainda a declaração expressa do estabelecimento bancário nas referidas folhas, de que as respectivas quantias foram creditadas nas contas correntes dos interessados.

6.5. Os valores entregues às unidades executoras (vencimentos e vantagens) deverão ser imediatamente pagos aos interessados nas condições acima referidas. O demonstrativo a que alude o item 4 deverá ser entregue à Tesouraria da Unidade Orçamentária, no menor prazo possível, de modo a permitir a organização da "Prestação de Contas de Pessoal" da unidade orçamentária, na data fixada.

7. Fica perfeitamente definido que a partir do mês de setembro de 1971, as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo receberão mensalmente da SEFA, os recursos destinados ao pagamento do pessoal de suas unidades executoras.

7.1. Esse pagamento deverá ser feito através da Tesouraria ou órgão equivalente da unidade orçamentária, nas condições previstas no item 3 desta Portaria.

7.2. As Unidades executoras prestarão contas não ao Tribunal de Contas do Estado mas a sua unidade orçamentária nas condições estabelecidas no item 4.

7.3. Compete à unidade orçamentária prestar contas, mensalmente, ao Tribunal de Contas do Estado, das quantias recebidas da SEFA para pagamento de pessoal, observadas as normas traçadas pela Portaria número 1.263, de 15 de outubro de 1970.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de setembro

de 1971.

(a) Eng. FERNANDO JOSE
LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1034)

PORTARIA N. 1622 — DE
2 DE SETEMBRO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

Considerando a necessidade de agrupar o maior número possível de Exatorias da região do Baixo Amazonas, à Mesa de Rendas de Santarém;

Considerando que tal providência constitui medida preliminar para a criação e futura instalação no citado Município de uma Diretoria Regional de Fazenda do Departamento de Exatorias do Interior da SEFA, nos termos do artigo 29 do Decreto n. 6.742, de 29.07.1969;

RESOLVE:

1. O Grupamento B de que trata a Portaria n. 737, de 2 de outubro de 1968 passa a ser constituído das seguintes Exatorias, todas dependentes da Mesa de Rendas de Santarém:

Itaituba, Aveiro, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Jurupí, Fátima e Postos Fiscais de Santarém, Terra Santa e Parauapebas.

2. A Exatoria de Almeirim — que não dispõe de linha regular para Santarém, além de que a despesa de viagem para Belém é menos onerosa — ficará subordinada diretamente ao Departamento de Exatorias do Interior, devendo o respectivo Exator prestar contas, recolher a arrecadação, entregar as folhas de vencimentos e receber os suprimentos para atender às despesas a seu cargo, até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido.

3. As Exatorias subordinadas à Mesa de Rendas de Santarém, a partir do mês de setembro do ano em curso, deverão entregar à referida Mesa de Rendas, as respectivas prestações de contas, acompanhadas dos valores arrecadados no mês e bem as-

sim as folhas de vencimentos a seu cargo, até o último dia de cada mês.

4. A Mesa de Rendas de Santarém, até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, entregará no Departamento de Exatorias do Interior as prestações de contas e as folhas de vencimentos das Exatorias subordinadas. Os valores recebidos das Exatorias e a arrecadação da própria Mesa de Rendas deverão ser transferidos para esta Capital, por intermédio da Agência do Banco do Estado do Pará S/A, em Santarém.

5. Os valores destinados à Mesa de Rendas de Santarém e às Exatorias subordinadas serão transferidos pela Secretaria da Fazenda, pelo mesmo sistema.

6. Em consequência do disposto nesta Portaria fica extinto o Grupo 4 — Mesa de Rendas de Óbidos, de que trata a Portaria n. 737, acima citada, permanecendo em vigor as demais disposições constantes da aludida Portaria.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE
LEAO GUILHON
Governador do Estado
(G. — Reg. n. 1075)

PORTARIA N. 1623 — DE 2
DE SETEMBRO DE 1971

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso de atribuições que por lei lhe são conferidas,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro José Chaves Camacho, para responder pelo expediente da Diretoria Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, durante o impedimento do respectivo titular Engenheiro João Antonio Nunes Caetano.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE

DE LEAO GUILHON — Governador do Estado
(G. Reg. n. 1075)

SECRETARIA DE ESTADO
DO INTERIOR E JUSTIÇA
DECRETO DE 3 DE

SETEMBRO DE 1971

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 144, inciso IV, da Constituição Federal, arts. 91, item XII e 123, § 2.º da Constituição do Estado, e mais o art. 13 da Lei n. 3.653 de 27 de janeiro de 1966 (Código Judiciário do Estado), o bacharel em direito Edgar Maia Lassance Cunha,

Promotor Público da Capital, para exercer o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, vago em virtude do falecimento do Desembargador Oswaldo de Brito Farias.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1971.

Eng.º FERNANDO JOSÉ DE
LEAO GUILHON
Governador do Estado
Dr. Joaquim Lemos Gomes
de Souza
Secretário de Estado do
Interior e Justiça

(G. — Reg. n. 1099)

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

GABINETE DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 19 — DE 30 DE AGOSTO DE 1971

O Secretário de Estado de Governo, usando de suas atribuições legais, e,

Considerando que esta Unidade Orçamentária vem de receber a Terceira Quota Trimestral, conforme discriminação a seguir:

Material de Consumo	Cr\$
03.00—Combustíveis e Lubrificantes	900,00
04.00—Materiais e Acessórios etc	2.250,00
09.00—Matérias Primas etc	9.000,00
12.00—Vestuários, Uniformes etc	675,00
13.00—Material p/ fotografia etc	270,00
14.00—Lâmpadas incandescentes etc	180,00
15.00—Outros materiais de consumo	1.800,00

S O M A 15.075,00

Serviços de Terceiros	Cr\$
01.00—Acondicionamento de transportes etc.	135,00
02.00—Passagens, transporte de pessoas etc.	135,00
03.00—Assinaturas de jornais etc	135,00
04.00—Iluminação, força motriz e gás	450,00
05.00—Serviço de asseio, higiene etc	180,00
06.00—Reparos, adaptações etc	270,00
07.00—Serviço de divulgação	135,00
08.00—Serviços de comunicações em geral	405,00
09.00—Locação de bens móveis e imóveis	9.000,00
10.00—Outros serviços de terceiros	675,00

S O M A 11.520,00

Despesas Diversas	Cr\$
01.00—Despesas mitidas de Pronto Pagamento	1.350,00
05.00—Reposições, restituições etc	675,00

S O M A 2.025,00

— RESOLVE —

1. Distribuir pelas Unidades Executoras desta Secretaria a Terceira Quota Trimestral, conforme discriminação seguinte:

Material de Consumo	Cr\$	Cr\$
03.00—Imprensa Oficial	470,00	
REPA	560,00	900,00
04.00—Imprensa	1.050,00	
Imprensa Oficial	1.050,00	
REPA	250,00	2.250,00

	Cr\$	Cr\$
09.00—Imprensa Oficial		9.000,00
12.00—Imprensa		675,00
14.00—Biblioteca e Arquivo Público		120,00
15.00—D. Secretaria	200,00	
Imprensa Oficial	200,00	
D.E.E.	500,00	
Biblioteca Arq. Público	500,00	
REPA	200,00	1.800,00
S O M A		14.805,00
Serviços	Cr\$	Cr\$
04.00—	150,00	
D.E.E.	150,00	
	150,00	450,00
05.00—	35,00	
Imprensa Oficial	40,00	
	35,00	
B.A.P.	35,00	
REPA	35,00	160,00
06.00—D. Secretaria	55,00	
Imprensa Oficial	55,00	
D.E.E.	55,00	
B.A.P.	55,00	
REPA	50,00	270,00
07.00—B.A.P.		135,00
09.00—D. Secretaria	80,00	
Imprensa Oficial	75,00	
D.E.E.	100,00	
B.A.P.	75,00	
REPA	75,00	405,00
10.00—REPA		9.000,00
15.00—D. Secretaria	135,00	
Imprensa Oficial	135,00	
D.E.E.	135,00	
B.A.P.	135,00	
REPA	135,00	675,00
S O M A		11.115,00
Encargos Diversos	Cr\$	Cr\$
01.00—D. Secretaria	450,00	
Imprensa Oficial	225,00	
D.E.E.	225,00	
B.A.P.	225,00	
REPA	225,00	1.350,00
S O M A		1.350,00

1. Solicitar ao órgão competente a redistribuição, por outros subelementos, dos seguintes:

	Cr\$	Cr\$
Material de Consumo		
13.00—Material p/ fotografia		270,00
Serviços de Terceiros	Cr\$	Cr\$
01.00—Acondicionamento etc	135,00	
02.00—Passagens etc	135,00	
03.00—Assinaturas de jornais etc	135,00	405,00
Encargos Diversos	Cr\$	
05.00—Reposições, indenizações, etc.		675,00
S O M A		1.350,00

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Gabinete do Secretário de Estado do Governo, Em, 30 de agosto de 1971.
Georgenor de Souza Franco
Secretário de Estado do Governo

(G. Reg. n. 1075)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CONSELHO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 41 — DE
30 DE AGOSTO DE 1971

EMENTA — Aprova o Plano Preliminar de Educação do Estado do Pará para execução em 1971.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação usando de suas atribuições, e de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada nesta data

Resolve promulgar a seguinte Resolução:

Art. 1º. — Fica aprovado o Plano Preliminar de Educação do Estado do Pará, constante de 11 (onze) projetos.

Art. 2º. — Os projetos referidos nesta Resolução, encontram-se em anexo.

Art. 3º. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 30 de agosto de 1971.

Octávio Bandeira Cascaes

Presidente

(G. Reg. n. 1076)

RESOLUÇÃO Nº 42 — DE 31
DE AGOSTO DE 1971

EMENTA: — Aprova o Plano de Aplicação das verbas do

Subprojeto de Treinamento e Habilitação de Professores Primários não Titulados.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada em 26.08.71;

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º — Fica aprovado o Plano de Aplicação das verbas do Subprojeto de Treinamento e Habilitação de Professores Primários não Titulados do Estado do Pará.

Art. 2º — O Plano de Aplicação referido no artigo anterior encontra-se discriminado em anexo.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 31 de agosto de 1971.

Octávio Cascaes

Presidente do Conselho

HOMOLOGO

Em, 01.09.1971

Jonathas Pontes Atilas

Secretário de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

SENTENÇA DO SENHOR
SECRETÁRIO DE ESTADO
DE AGRICULTURA

CONSIDERANDO que o processo n. 00134/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade da concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo n.

terra de Doação Definitiva n. 00134/71, localizado na Colônia de Tomé-Açu Município do mesmo nome e requerido por Manoel Nunes dos Prazeres.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Engº Agrº Eurico Pinheiro

Secretário de Estado de

Agricultura

(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 0545/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e de Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 0545/71, localizado na Colônia de Capitão Poço, município do mesmo nome e requerido por Miguel Coutinho Aguiar.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1083)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 0554/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 0554/70, localizado na Colônia de Capitão Poco município do mesmo nome e requerido por Miguel Coutinho Aguiar.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1083)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 0548/71, recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 0548/71, localizado na Colônia Hermenegildo Alves, município de Capitão Poço e requerido por Miguel Coutinho Aguiar.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1083)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 4061/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 4061/70 localizado na Colônia de Capitão Poço município do mesmo nome e requerido por Pedro de Oliveira Neto.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. n. 1083)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 4058/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 4058/70, localizado na Colônia de Capitão Poço, município do mesmo nome e requerido por Albano dos Santos.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1083)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 4352/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 4352/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Manoel Barbosa de Souza.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. n. 1081)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 4350/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 4350/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por José Campos Cavalcante.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 3963/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 3963/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerida por Francisco Gonçalves Brito.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 4493/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;
Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 4493/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Yukihisa Nara.

Aguarde-se a Homologação

deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 3956/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 3956/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Osvaldo Takaya Fujishashi.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 3490/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 3490/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Hikosaburo Taketa.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 1265/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 1265/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Hatsuko Hayashi.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 1265/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 1265/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Misako Hayashi Tahara.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 2054/69 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva n. 2054/69, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Yasuhiro Fujiyoshi.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo 5305/69 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva número 5305/69, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Shunji Nishio.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 1255/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva número 1255/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do

mesmo nome e requerido por Shosuke Tanaka.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 1256/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva número 1256/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Akira Hatano.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura.

Considerando que o processo número 1257/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terras de Doação Definitiva número 1257/70 localizada na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerida por Akira Hatano.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 1258/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 1258/70, localizada na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Akira Hatano.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 1259/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 1259/70, localizada na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Akira Hatano.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo

so número 1262/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 1262/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Misako Hayashi Tahara.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 1267/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 1267/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Hatsuko Hayashi.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3959/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade

de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3959/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Raimundo Nonato de Araújo.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4353/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4353/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Raimundo Monteiro Machado.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4269/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4269/70, localizada na Colônia de Tomé-Açu, município do

mesmo nome e requerido por Elias Gonçalves de Santana.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4264/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4264/70, localizada na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Raimundo Nonato de Moraes.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4162/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4162/70, localizada na Colônia de Tomé-Açu, município do mesmo nome e requerido por Doralice Oliveira Gomes.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3979/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3979/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Juvelina de Jesus da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3978/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3978/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Louzardo da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3953/70 recebeu pareceres favoráveis da Asses-

soria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3953/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Brito da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4354/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4354/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Raimundo Nonato da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4984/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra

de Doação Definitiva número

4984/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Soares Filho.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3962/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3962/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por João Batista da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3968/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3968/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Manoel Nazaré dos Santos.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras

em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3966/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3966/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Manoel Maria da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 3965/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 3965/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Louzardo da Silva.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4161/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4161/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por João Cancio Cardoso

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor

Belém, 26.08.1971

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4271/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4271/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Arnélio Rodrigues Souza

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do Senhor Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 4265/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva número 4265/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Pereira de Souza.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.1971.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo 1021/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e de Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 1021/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por João Miyagawa.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 5302/69 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 5302/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do

mesmo nome e requerido por Fernando Surno Morotomi.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 0525/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 0525/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu do mesmo nome e requerido por Hironori Ono.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 00519/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 00519/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Yukio Elkawa.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 0524/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 0524/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Kenji Yamazaki.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo 00039/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 00039/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Marciano Cardoso Lima.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 00043/71 recebeu

pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 00043/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por José Ribamar de Oliveira.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 0046/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 0046/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Glicerio Mendes Pinto.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 00044/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 00044/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Masakumi Sato.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 00042/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 00042/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Manoel Antonio dos Prazeres.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 0518/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 0518/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Yokio Elkawa.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do sr. Secretário de Estado de Agricultura

Considerando que o processo número 0517/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D. T. C. C.

Considerando que os autos estão Devidamente instruídos;

Considerando a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

Aprovar o processo de terra de Doação Definitiva n. 0517/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu município do mesmo nome e requerido por Shinichiro Tsukimata.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26.08.71.

(a) Eng. Agro. EURICO PINHEIRO — Secretário de Estado de Agricultura (G. Reg. n. 1081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0513/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo n. 0513/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu Município do mesmo nome e requerido por Mitsu Takeda.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0735/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0735/71, localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido Chikmi Nozawa.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0520/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0520/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Toshi Matsunaga.

Aguarde-se a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0522/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0522/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Goro Endo.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0515/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0515/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Vicente Carlos de Medeiros.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura
CONSIDERANDO que o

processo n. 0512/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0512/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Tarao Taketa.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3958/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3958/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Takeshi Ito.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3955/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do

D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3955/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Khozo Fujihashi.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 00041/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 00041/71, localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Waldemar Pereira dos Santos.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 0523/71 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 0523/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Toraji Kuzuo.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3961/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3961/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Adolfo Henrique da Fonseca.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3977/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os

autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3977/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Antonio Matias Maciel.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 4357/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 4.357/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Joaquim Teixeira Costa.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura
CONSIDERANDO que o processo n. 4351/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 4351/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Anairdes Batista de Oliveira.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3954/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3954/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Itsuro Matsemaja.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 5187/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 5187/70, localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Raimundo Mendes Miranda.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3976/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 3976/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por João Batista da Silva.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 3951/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de

terra de Doação Definitiva n. 3951/71 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Antonio Matias Maciel.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 4268/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 4268/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por José Paixão de Moraes.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 4266/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 4266/70 localizado na Co-

lândia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por Francisco Pereira de Souza.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

Sentença do Sr. Secretário de Estado de Agricultura

CONSIDERANDO que o processo n. 4272/70 recebeu pareceres favoráveis da Assessoria Jurídica e da Divisão de Distritos Coloniais do D.T.C.C.

CONSIDERANDO que os autos estão devidamente instruídos;

CONSIDERANDO a viabilidade de concessão requerida;

RESOLVE:

APROVAR o processo de terra de Doação Definitiva n. 4272/70 localizado na Colônia de Tomé-Açu, Município do mesmo nome e requerido por André S. B. de Andrade.

AGUARDE-SE a Homologação deste ato por parte do Governador do Estado, tendo em vista a Legislação de Terras em vigor.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng. Agr. Eurico Pinheiro
Secretário de Estado de
Agricultura
(G. Reg. n. 1.081)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (D.E.R.-PA)

**PORTARIA N. 0819 -- DE 29
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Cessar o efeito, a partir de 1 de julho do corrente ano da determinação constante da portaria coletiva n. 414/71-DG, de 22.03.1971, que mandou servir nas obras de construção da Rodovia PA-70, os servidores Manoel Conde da Silva e Raimundo Jorge Moraes da Silva, braçais da Segunda Divisão Regional, para cujo serviço deverão retornar, ficando cancelado o pagamento do acréscimo de 25% que vinha sendo efetuado em favor desses servidores.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 29 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral

(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0820 -- DE 30
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Designar o servidor Walter de Jesus Amaral, Engenheiro contratado e Chefe do Serviço de Manutenção do Equipamento, para, os períodos de 35 dias a contar de 3 de julho do corrente ano, efetuar um curso de especialização em Mecânica na fábrica Mercedes -- Benz do Brasil S. A. em São Paulo, devendo lhe serem pagas antecipadamente as diárias de direito, acrescidas do complemento previsto pela Resolução n. 880, de 11.08.1970, do Conselho Rodoviário Estadual.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 30 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral

(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0821 -- DE 30
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Designar os funcionários José Alfredo do Carmo Caldas e Ruy Jorge de Freitas Corrêa, Engenheiros do Quadro Unico, para juntamente com o Oficial Administrativo Arthur Calandrini da Silva Neto, procederem o levantamento do estoque de asfalto CAP 60/70, inclusive derame, no PLANT da Rodovia BR-316, onde funcionou a usina da firma ECCIR S. A., durante os serviços de restauração do pavimento da citada Rodovia, obra então delegada pelo DNER a este Departamento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 30 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano

Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0782 -- DE 21
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Conceder, a contar de 14 de dezembro de 1970, ao servidor Waldir Pereira da Silva, Mecânico de 3 classe do SME, a gratificação adicional de dez por cento (10%) sobre seus salários de acordo com o que estabelece o artigo 90. da Resolução n. 150/54-CRE, e tendo em vista o parecer da Procuradoria Jurídica exarado no processo interno n. 02003/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 21 de junho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
F. J. Diretor Geral, na forma da Port. n. 892/69-DG

(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0783 -- DE 21
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Transferir, a pedido, da Segunda para a Primeira Divisão Regional, o servidor Miguel Costa de Jesus, braçal deste Departamento, considerando a solicitação de que trata o processo interno n. 2750/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 21 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano

Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0784 -- DE 21
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

Considerando a solicitação feita a esta Diretoria Geral pelo Eng. Chefe do Grupo Executivo de Implantação da Rodovia PA-70, através do memorando n. 66, de 19.05 de 1971, objeto do processo interno n. 2634/71

R E S O L V E:

Transferir, para efeito de regularização funcional, das obras de construção da Rodovia PA-70 para o Núcleo Rodoviário de Marabá, o servidor José Vitorino de Brito, Pedreiro de 2a. classe deste Departamento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 21 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano

Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0785 -- DE 21
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Rescindir, de acordo com a letra "I" do artigo 482, da CLT e processo interno n. 0078/71—2a.—DR, os contratos de trabalho dos servidores José Ribeiro da Silva (B) e José Maia de Brito, braçais da Segunda Divisão Regional, considerando virem faltando ao serviço, sem motivo justificado, desde o mês de fevereiro do corrente ano.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 21 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0786 — DE 21
JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho n. 137, de 2 de janeiro do corrente ano, de José Malato Pereira, Apropriador das obras de construção da Rodovia PA-70, considerando a solicitação do que trata o processo interno n. 2982/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 21 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0787 — DE 22
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 1 de junho do corrente ano, de acordo com o que faculta e dispõe a Resolução n. 868, de 20.01.70, do Conselho Rodoviário Estadual, devidamente homologada pelo Decreto Estadual n. 6023/70, a gratificação mensal

de deslocamento na base de 50% (cinquenta por cento) ao funcionário Henrique Antunes Montenegro Duarte, Engenheiro do Quadro Único, considerando sua condição de Diretor Técnico deste Departamento, que lhe exige inspecionar as frentes de serviço do Órgão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0788 — DE 22
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

Considerando que o funcionário Astrogildo Americano de Miranda, além de suas atribuições como Oficial Administrativo da Divisão de Material, acumula vários encargos ligados à manutenção dos aviões de propriedade deste Órgão;

Considerando que o referido funcionário, em decorrência das Portarias ns. 1191, de 31.08.1970 e 63 de 13 de janeiro de 1971, se encontrava vinculado ao regime de tempo integral com percepção de gratificação na base de 80%;

R E S O L V E:

Retificar para 80% (oitenta por cento) a gratificação de tempo integral a que se encontra vinculado pela Portaria n. 271, de 7.06.1971, desta Diretoria Geral, o funcionário Astrogildo Americano de Miranda, ocupante do cargo de Oficial Administrativo do Quadro Único do Pessoal do DER-PA, lotado no Serviço de Compra da Divisão de Material—DR.A.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0789 — DE 22
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departa-

mento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Cancelar, a partir de 1 de junho do corrente ano, o pagamento do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) que, em decorrência da Portaria n. 602/70—DG, de 20.05.1970, vinha sendo efetuado em favor do servidor Antônio Guilherme da Silva, Operador de Máquinas de 1a. Classe da Primeira Divisão Regional, presentemente servindo no Núcleo Rodoviário de Marabá.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0790 — DE 22
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Desligar deste Órgão, a partir de 6 de maio do corrente ano, por motivo de falecimento, o servidor Thiago Guedes de Oliveira, Vigia do Quadro Único do Pessoal do DER-PA, lotado na Primeira Divisão Regional, considerando a comunicação de que trata o processo interno n. 0465/71—la.—DR.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0791 — DE 22
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Rescindir, de acordo com a letra "I" do art. 482 da CLT e processo interno n. 3077/71, o contrato de trabalho do servidor Joaquim Gomes de Sousa, braçal das obras de construção da Rodovia PA-70, considerando vir faltando ao serviço, sem motivo justificado, há mais de sessenta dias consecutivos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 22 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0792 — DE 23
DE JUNHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

Considerando que os processos das Divisões Regionais referentes à concessão do benefício do salário família já vem sendo instruídos e apreciados juridicamente nas próprias Divisões Regionais;

Considerando a necessidade de tornar-se cada vez mais efetiva a descentralização administrativa neste Departamento;

R E S O L V E:

Delegar Podêres aos Chefes das Divisões Regionais deste Departamento a fim de que, a partir de 10 de julho do corrente ano, defiram os requerimentos de salário família, conforme seja de direito, baixando os atos administrativos necessários à concessão do referido benefício.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 23 de junho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 383)

**PORTARIA N. 0822 — DE 01
DE JULHO DE 1971**

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado

do 12.07.1969.

R E S O L V E:

Cessar o efeito, a partir desta data, da Portaria n. 672/71—DG, de 24.5.1971, que designou o funcionário Raimundo Augusto Moreira de Carvalho, Engenheiro do Quadro Único, para responder pela Chefia da Terceira Divisão Regional deste Departamento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes

Caetano

Diretor Geral

(G. Reg. n. 383)

PORTARIA N. 0823 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Desligar o funcionário Adelson Maués Cavalcante, Engenheiro do Quadro Único e Assistente Técnico da Terceira Divisão Regional, para responder pela Chefia da referida Divisão Regional, até ulterior deliberação desta Diretoria Geral.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes

Caetano

Diretor Geral

(G. Reg. n. 383)

PORTARIA N. 0824 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Designar o funcionário Homero Medeiros Cabral, Engenheiro do Quadro Único e Chefe do Serviço de Planejamento e Coordenação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia da Divisão de Planejamento, no período de 10. a 30 de julho do corrente ano, durante o impedimento do titular da referida Divisão, que deverá

entrar em gozo de férias regulamentares.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes

Caetano

Diretor Geral

(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0825 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Designar o funcionário Hilário Francisco Camorim Colares, Assistente de Administração e Chefe do Serviço do Pessoal, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia da Divisão de Recursos Humanos, no período de 10. a 30 de julho do corrente ano, durante o impedimento do titular da referida Divisão, que deverá entrar em gozo de férias regulamentares.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes

Caetano

Diretor Geral

(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0826 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Cancelar, a contar do mês de junho do corrente ano, o pagamento do benefício do salário família que vinha sendo efetuado em favor de Sandra Marina Lima Cunha, filha do funcionário José Ramos Cunha, Assistente de Administração do Quadro Único do Pessoal deste Departamento, considerando ter ela contrído matrimônio em maio de 1971, conforme comunicação de que trata o memorando n. 19/71, constante do pro-

cesso interno n. 2679/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho

P/ Diretor Geral, na forma

da Port. n. 892/69—DG

(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0827 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 23 de abril de 1969, de acordo com a Resolução n. 150, de 28.12.54, do Conselho Rodoviário Estadual e parecer Jurídico exarado no processo interno n. 1035/71, o benefício do salário-família em favor da menor Júlia Maria Câmara de Oliveira, filha da funcionária Lindinaura Câmara de Oliveira, Guarda de Saúde do Quadro Único do Pessoal deste Departamento, lotada na Quarta Divisão Regional.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho

P/ Diretor Geral, na forma

da Port. n. 892/69—DG

(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0828 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 12 de maio de 1970, ao servidor Vicente Lopes das Chagas, brancal da 1a. Divisão Regional, o benefício do salário família de acordo com o que estabelece o artigo 60. da Resolução n. 645/66—CRE, tendo em vista que o referido servidor apresentou em processo interno n. 00380/70, uma certidão de nascimento de seu filho menor, devidamente legalizada, conforme parecer do Assistente Jurídico daquela Di-

visão Regional.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho

P/ Diretor Geral, na forma

da Port. n. 892/69—DG

PORTARIA N. 0829 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 12 de maio de 1971, ao servidor Eli Sousa de Lima, Motorista contratado do Serviço de Administração de Próprios, o benefício do salário família de acordo com o que estabelece o artigo 60. da Resolução n. 645/66—CRE, tendo em vista que o referido servidor apresentou em processo interno n. 2327/71, Quatro certidões de nascimento de seus filhos menores, devidamente legalizadas, conforme parecer da Procuradoria Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho

P/ Diretor Geral, na forma da

Portaria n. 892/69—DG

(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0830 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 32, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969,

R E S O L V E:

Elevar, a contar de 19 de maio de 1971, de 10 para 15%, a gratificação adicional por tempo de serviço do servidor Daniel Benedito Leal, Guarda Rodoviário de 2a. Classe, em serviço na Seção de Fiscalização do Tráfego, de acordo com o que estabelece o artigo 80. da Resolução n. 150/54—CRE, e tendo em vista o parecer da Procuradoria Jurídica exarado no processo interno n. 1928/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Port. n. 892/69—DG
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0831 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 10 de março de 1971, ao servidor Wilson dos Santos, braçal da 4a. Divisão Regional, o benefício do salário família de acordo com o que estabelece o artigo 60. da Resolução n. 645/66—CRE, tendo em vista que o referido servidor apresentou em processo interno n. 038/71, Duas certidões de nascimento de seus filhos menores devidamente legalizadas, conforme parecer do Assistente Jurídico daquela Regional.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0832 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a contar de 17 de fevereiro de 1971, ao servidor Manoel Lucivaldo Mendes, braçal da 2a. Divisão Regional, a gratificação adicional de 10 por cento (10%) sobre seus salários, de acordo com o que estabelece o artigo 90. da Resolução n. 150/54—CRE, tendo em vista o parecer do Assistente Jurídico daquela Regional, exarado no processo interno n. 0049/71.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Port. n. 892/69—DG
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0833 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a contar de 3 de fevereiro de 1970, ao servidor Maurício Antônio dos Passos, Cozinheiro em serviço na 3a. Divisão Regional, a gratificação adicional de 10 por cento (10%) sobre seus salários, de acordo com o que estabelece o artigo 90. da Resolução n. 150/54—CRE, tendo em vista o parecer do Assistente Jurídico exarado no processo interno n. 0059/71—3a.—DR.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Port. n. 892/69—DG
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0834 — DE 01 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a contar de 09 de março de 1971, ao servidor Luizvaldo Martins, braçal da 2a. Divisão Regional, o benefício do salário família de acordo com o que estabelece o artigo 60. da Resolução n. 645/66—CRE, tendo em vista que o referido servidor apresentou em processo interno n. 046/71—2a. DR, Uma certidão de nascimento de seu filho menor, devidamente legalizada conforme parecer do Assistente Jurídico daquela Divisão Regional.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Portaria n. 892/69—DG
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0836 — DE 02 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Determinar que, a partir de 1 de julho do corrente ano, o servidor José Nonato da Silva, Encarregado de Terraplenagem da Segunda Divisão Regional, preste serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com percepção de gratificação na base de 60%, de acordo com o que facultam as Resoluções ns. 515/64 e 728/67—CRE.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 02 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0837 — DE 02 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Cessar o efeito, a contar de 15 de junho do corrente ano, da Portaria n. 320/71—DG, de 5.03.1971, que prorrogou por mais Um ano os efeitos do ato desta Diretoria Geral que locou à disposição da Companhia das Docas do Pará, o funcionário Osvaldo Aliverti, Engenheiro do Quadro Unico do Pessoal do DER-PA, considerando ter sido restituído aos serviços deste Órgão, conforme trata o ofício n. 197/71—DP—MCA, de 15.06.71, da mencionada Companhia.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 02 de julho de 1971.

Eng. João Antônio Nunes
Caetano
Diretor Geral
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0838 — DE 02 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 28 de maio de 1971, ao servidor Alfredo Corrêa Filho, Inspetor da Guarda Rodoviária, o benefício do salário família de acordo com o que estabelece o artigo 60. da Resolução 655/66—CRE, tendo em vista que o referido servidor apresentou em processo interno n. 2692/71, Uma certidão de nascimento de sua filha menor, devidamente legalizada conforme parecer do Procurador Jurídico deste Departamento.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, em 01 de julho de 1971.

Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Portaria n. 892/69—DG
(G. Reg. n. 554)

PORTARIA N. 0839 — DE 02 DE JULHO DE 1971

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere o Decreto-Lei n. 22, de 07.07.1969, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 12.07.1969.

R E S O L V E:

Conceder, a partir de 1 de julho do corrente ano, de acordo com o artigo 87 do Regulamento do Pessoal do DER-PA, combinado com o artigo 119 da Lei Estadual n. 749/53, e parecer jurídico exarado no processo interno n. 1442/71, Dois meses de licença especial a que tem direito o funcionário Salim Miguel Alves, ocupante do cargo de Dentista, nível 21, classe B, do Quadro Unico do Pessoal do DER-PA, lotado na Seção Odontológica do Serviço Médico-Social—DER-PA, sendo a presente licença referente ao decênio

1961/1971.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Departamento de Estradas de Rodagem, em 02 de julho de 1971.
Eng. José Chaves Camacho
P/ Diretor Geral, na forma da Portaria n. 892/69—DG
(C. Reg. n. 334)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

TERMO DE ADITAMENTO

Térmo de Aditamento e re-
ratificação ao Contrato de
Adjudicação de Serviço, sob
o regime de empreitada,
mediante Concorrência Pú-
blica n.º 01/70, celebrado em
14.8.70, pelo Processo n.º
04408/71, entre o Departamen-
to de Estradas de Rodagem do Estado do Pará
(DER-PA) e a firma Em-
presa de Construções Cíveis
e Rodoviárias S/A — ...
ECCIR, como abaixo me-
lhor se declara.

PROCESSO Nº 04408/71 E
ANEXO 03543/71

No Gabinete da Diretoria
Geral do Departamento de
Estradas de Rodagem do Es-
tado do Pará (DER-PA), no
prédio situado à Av. Almi-
rante Barroso, n. 3639, em
Belém do Pará, presentes os
senhores Eng.º João Antonio
Nunes Caetano, Diretor Ge-
ral do DER-PA, daqui por
diante denominado simplen-
te ADJUDICADOR, e o
Eng.º Manoel Ibiapina Cava-
leiro de Macêdo Representante legal da firma Empresa
de Construções Cíveis e Rodoviárias S/A. — "ECCIR" esta-
belecida nesta cidade à Av.
Serzedelo Corrêa n. 15 —
grupo 401, daqui por diante
denominada ADJUDICATÁ-
RIA, foi firmado o presente
Térmo Aditivo de re-ratifica-
ção ao contrato de adjudica-
ção de serviços, celebrado
em 14.08.70, relativo aos ser-
viços rodoviários executados
na Rodovia PA-11, trecho
BR-316 — Furo das Marinhas,
para o fim especial de ajus-
tar como ajustado têm de
efetivar a seguinte alteração
no contrato aditado.

CLAUSULA I — Tendo em
vista que no processo n.
03891/71, foi lavrado o Térmo

Aditivo P.J. — 13/71, auto-
rizando a firma ADJUDICA-
TARIA a executar o prosse-
guimento dos serviços con-
tratados no processo n.º
3115/70 até à sede do Muni-
cípio de Benevides, início da
Rodovia PA-17 — Trecho
BR-316 — Belém-Mosqueiro
— Furo das Marinhas, em de-
corrência desse acréscimo de
serviço acima referido, fica
elevado o valor aproximado
dos serviços empreitados de
Cr\$ 1.900.000,00 (Hum Mil-
hão e Novecentos Mil Cru-
zeiros), para Cr\$ 2.506.000,00
(Dois Milhões Novecentos e
Seis Mil Cruzeiros), tudo
em virtude do ofício n.º
01089, de 17.8.71 da Direto-
ria Geral do DER-PA, devida-
mente aprovado pelo Con-
selho Rodoviário Estadual,
conforme Resolução CRE-931,
de 17.8.71, constante do pro-
cesso n.º 04408/71.

CLAUSULA II — A despesa oriunda do presente Térmo Aditivo correrá à conta do crédito especial aberto pela Resolução CRE-931, de 17.8.71.

CLAUSULA III — O prazo de conclusão dos serviços adjudicados fica prorrogado por mais 20 (vinte) dias, contados de 19.8.71 e a terminar em 08.09.71, tendo em vista o acréscimo de serviço objeto desse Térmo e as justificativas da firma ADJUDICATARIA feitas às fls. 1 do processo n.º 003543/71, devidamente aceitas pela DCO, e aprovadas pelo Eng.º Diretor Geral do DER-PA.

E por estarem assim acordados, ADJUDICADOR e ADJUDICATARIA ratificam neste ato todas as demais cláusulas, condições e encargos do contrato ora aditado, do qual o presente Térmo Aditivo passa a fazer parte integrante, assinando-o os representantes das partes contratantes, tudo feito na presença

das testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Belém, 26 de agosto de 1971.

Eng.º João Antonio Nunes Caetano — Diretor Geral do DER-PA — (Adjudicador)

Eng.º Manoel Ibiapina Cavaleiro de Macêdo — Representante da firma ECCIR — (Adjudicatária)

TESTEMUNHAS:

1a. Nome: — Josephina Essy Scerni.

Resd.: — Vila Sarah, Pass. Tapajós, 144

2a. Nome: — a) ILEGÍVEL

Resd.: — Trav. Angustura 2602

(C. Reg. n.º 1.027)

MINISTERIO DA MARINHA

Comando do 4º Distrito Naval

Divisão de Intendência
Edital de Concorrência

1. De ordem do Exmo. Sr. Contra-Almirante, Comandante do 4º Distrito Naval, comunico aos senhores interessados que no dia 4 de outubro de 1971, às 14,00 horas, na sala em que funciona a Comissão de Concorrência, serão recebidas, abertas, encaminhadas quanto aos seus detalhes de confecção, e rubricadas por quem de direito, as propostas de preços para fornecimento a este Comando, dos seguintes grupos de material:

Grupo 23 — Veículos a motor, tratores

Grupo 49 — Equipamentos de Oficina de manutenção e reparo

Grupo 58 — Equipamentos de comunicação (sistema telefônico)

Grupo 65 — Equipamentos e artigos médicos, dentários e veterinários

Grupo 67 — Equipamentos fotográficos (projektor cinematográfico)

2. A relação do material a ser concorrenciado, referente aos grupos acima mencionados, será distribuída aos interessados, de segunda a sexta-feira, das 09,00 às 12,00 horas, na Divisão de Intendência do Comando do 4º Distrito Naval.

I — Da Habilitação

1. Todas as firmas interessadas à presente Concorrência serão submetidas a uma

habilitação preliminar destinada a comprovar sua plena qualificação relativa a personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira, de conformidade com o parágrafo 2º do artigo 127 e itens I, II e III do artigo 131 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

2. A habilitação preliminar de que trata o item anterior será julgada mediante o exame da documentação abaixo, que cada concorrente deverá apresentar, na Divisão de Intendência do Comando do 4º DN, até às 16,00 horas do dia 30 de setembro de 1971 através de requerimento ao Exmo. Sr. Contra-Almirante, Comandante do 4º DN.

Personalidade Jurídica

a) Contrato Social ou de firma individual, registrado no Departamento Nacional de Registro do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio ou Repartição equivalente nos Estados;

b) Estatuto em original ou sua publicação no Diário Oficial, e aprovação do registro, inclusive capital respectivo se tratando de Sociedade Anônima legalmente constituída, de acordo com o Decreto n.º 2.262, de 26-09-1940;

c) Registro de contrato no Departamento Nacional do Registro de Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio, quando se tratar de sociedade por cotas de acordo com a Lei n.º 3.708, de 1919;

d) Documento de prova de quitação do Imposto de Renda (Certidão Negativa);

e) Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical de Empregados e Empregadores;

f) Registro no Cadastro Geral de Contribuintes — Pessoa Jurídica (Lei 4.503, de 20-11-1964 — D.O. de 30-11-1964);

g) Alvará de Licença para localização;

h) Prova de cumprimento da Lei 4.440 de 27-10-1964, regulada pelo Decreto n.º 55.551, de 12-01-1965, (Salário-Educação) ou Guia de Recolhimento de conformidade com a Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965;

d) Certidão Negativa do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);

j) Prova fiel observância da Lei de 2/3 de empregados brasileiros (Decreto-Lei n. 5.552, de 5-10-1943) — Certidão;

l) — Guia de Recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias ou sobre Serviços (Lei n. 5.172, de 25-10-1966);

m) Título de Eleitor do representante.

Capacidade Técnica

a) Atestado da Competência Técnica do Ministério da Marinha, Ministério do Exército ou Ministério da Aeronáutica, sobre a capacidade técnica de fornecimento.

Idoneidade Financeira

a) Prova de idoneidade financeira, atestada por três bancos;

b) Apresentação do balanço relativo ao exercício anterior aprovando o movimento comercial da firma;

c) Certidão negativa de títulos protestados.

A apresentação do Registro no Departamento Federal de Compras (DEC), dispensa os documentos solicitados nas alíneas "a" a "l" da personalidade jurídica.

As firmas ao fazerem suas inscrições terão as inscrições válidas para todo o exercício de 1971, podendo participarem de qualquer Concorrência Pública na área do 4º Distrito Naval referente aos grupos para os quais foram inscritas, mediante a apresentação do Cartão de Inscrição.

II — Das Propostas

1. Não serão tomadas em consideração as propostas que não estejam rigorosamente de acordo com os termos deste Edital bem como do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 e do Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União.

2. As propostas deverão ser apresentadas em envelopes fechados, contendo cada envelope um único grupo de material.

3. As propostas deverão ser apresentadas em duas (2) vias, em impressos fornecidos pelo Comando do 4º

Distrito Naval, bem como os recursos para confecção do mapa de aprovação da Concorrência em uma única via.

4. Serão sumariamente excluídas as propostas que contiverem emendas ou rasuras.

5. As propostas deverão conter ainda uma declaração expressa dos interessados dizendo ter pleno e satisfatório conhecimento das especificações do material que se propõem fornecer. A falta desta declaração importará na exclusão integral da proposta.

6. Nas propostas para fornecimento de material do grupo 58 — Equipamentos de Comunicações (deverão estar incluídas as despesas de instalação de um sistema telefônico completo).

III — Do Fornecimento

1. As firmas participantes da presente Concorrência se obrigam a:

a) Entregar o material no Comando do 4º DN ou onde for determinado, segundo o estabelecido no documento de requisição, observado com atenção necessária o local e hora respectiva, e, em particular, o prazo de entrega, o qual não será superior a 30 dias.

b) Entregar o material segundo a sua forma industrial, ou comercial, contendo obrigatoriamente a marca, procedência, acondicionamento per feito e invólucro original, em fim, todos esses característicos que qualificam industrial e comercialmente qualquer artigo.

c) Substituir o material cujo invólucro ou embalagem originais de qualquer natureza ou procedência conte com sinais de violação;

d) Retirar, por sua conta própria, no prazo de cinco dias, se outro prazo não for estabelecido, o material acusado;

e) Instalar, dentro de um prazo de 30 dias, o sistema telefônico constante do grupo 58 — Equipamentos de Comunicação.

IV — Do Julgamento das Propostas

1. O julgamento das propostas será feito de acordo com o que prescreve o art.

go 133 e seu parágrafo único do artigo 141 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, publicado no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 1967.

2. Da igualdade de condições terão sempre preferência os proponentes nacionais (Artigo 741 do RGCP).

3. Em caso de empate entre duas propostas, serão os fornecimentos adjudicados aos proponentes que concederem maior abatimento sobre os preços dados. Se nenhum deles concordar em conceder abatimento, proceder-se-á a sorteio para decidir a qual das propostas caberá a adjudicação (Artigo 744 do RGCP).

4. Não será levado em consideração a proposta de uma firma para fornecimento de produto ou serviço de outra, quando esta já se achar habilitada ou for fornecedora deste Distrito Naval.

5. No julgamento das propostas de preços do grupo 58 — Equipamentos de Comunicação, terá prioridade a firma sediada ou com representação em Belém, que possa manter uma assistência técnica permanente com mão de obra especializada e pronta reposição de sobressalentes.

V — Das Penalidades

1. Para a presente Concorrência serão aplicadas, quando necessárias as penalidades previstas no artigo 136 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, e anexos especificadas:

a) O fornecedor adjudicado que recusar-se a atender o fornecimento terá suspenso seu direito de licitar, em concorrências posteriores, neste Comando, correndo por sua conta a diferença de preço do material, que deverá ser adquirido em outra fonte;

b) Se a firma preferencial não entregar o material ou não executar o serviço no prazo estabelecido no Edital, será multada até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, até 7 dias, quando então o material ou serviço será adquirido em outra fonte, correndo por conta do fornecedor faltoso a diferença de preço.

c) É justificável o atraso de entrega, no caso de casos de ausência, incêndio, naufrágio, greve, revolução, guerra e epidemia.

Belém, Pará, Comando do 4º Distrito Naval em 31 de agosto de 1971.

a) DALTRO DE ASSIS

FELISARDO — Capitão.

Tenente (IM)

Encarregado da Divisão de Intendência

(Ext. Reg. n. 2.300 — Dia 7.9.1971)

FUNDAÇÃO DESPORTIVA PARAENSE

Conselho Diretor

RESOLUÇÃO N. 10/71-C.D., DE 23 DE AGOSTO DE 1971

O Presidente do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16 do Dec. Lei n. 51, de 19 de agosto, combinado com o artigo 13 do Dec. n. 6834, de 23 de outubro, tudo de 1969, e,

Considerando a decisão do Conselho Diretor, em reunião realizada no dia 12 de julho de 1971, autorizando a reformulação do projeto arquitetônico do Estádio a cargo da Fundação, reduzindo a sua capacidade de 120.000 (Cento e vinte mil) para 70.000 (Setenta mil) espectadores;

Considerando que o primitivo projeto foi elaborado pela Firma Alcyr Meira & Cia. Ltda., conforme contrato celebrado em 4 de agosto de 1969, entre a citada Firma e o Governo do Estado do Pará;

Considerando que ouvida a Assessoria Jurídica da Fundação, esta reconheceu ser perfeitamente legal a celebração entre a Fundação e a Firma Alcyr Meira & Cia. Ltda. — Arquitetura e Urbanismo, de um Termo Aditivo ao contrato firmado em 4 de agosto de 1969, visando a elaboração do projeto de reformulação do Estádio,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Superintendência da Fundação Desportiva Paraense autorizada a celebrar com a Firma Alcyr Meira & Cia. Ltda. — Arquitetura e Urbanismo, um Ter-

mo Adjuvante do contrato firmado entre o Governo do Estado do Pará e a referida firma, em 4 de agosto de 1969, visando a reformulação do primitivo projeto arquitetônico do Estádio Governador Alacid da Silva Nunes", no valor total de Cr\$ 90.000,00 (Noventa mil cruzeiros).

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado.

Sala de reuniões do Conselho Diretor, em 23 de agosto de 1971.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Presidente do Conselho

Diretor da F.D.P.

(Ext. — Reg. n. 3354. — Dia 7.9.71)

RESOLUÇÃO N. 11/71—C.D., DE 1.º DE SETEMBRO DE 1971

O Presidente do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, do Dec. Lei n. 51, de 19 de agosto, combinado com o artigo 13 do Dec. n. 6834, de 23 de outubro, tudo de 1969, e,

Considerando que os níveis salariais do pessoal da Fundação Desportiva Paraense vigentes até a presente data são os mesmos fixados a quando da instituição da Entidade, há dois anos passados;

Considerando a proposição apresentada pelo Sr. Conselheiro Fausto Braga de Aguiar, relativamente ao reajustamento dos atuais níveis salariais de todo o pessoal em serviço nesta Fundação;

Considerando o que foi deliberado, unanimemente, por este Conselho, em sua reunião do dia 30 do mês de agosto recém-findo;

Considerando finalmente o que faculta a letra "I" do artigo 13 do Decreto n. 6834, de 23 de outubro de 1969,

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam majorados em vinte por cento (20%), os atuais níveis salariais de todos os servidores da Fundação Desportiva Paraense, inclusive o "Jeton" do Conselho Fiscal, Conselho Di-

retor e a gratificação do Secretário do Conselho.

Art. 2.º — Fica instituída a gratificação de função, no valor de Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros) mensais, devendo ao cargo de Chefe do Serviço do Pessoal, com vigência a partir de 1.º de julho do corrente ano.

Art. 3.º — A majoração a que se refere o artigo 1.º terá vigência a partir de 1.º de julho do corrente ano.

Art. 4.º — A despesa decorrente da presente Resolução correrá à conta dos recursos orçamentários próprios da Fundação.

Art. 5.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Sala de reuniões do Conselho Diretor da F.D.P., em 10. de Setembro de 1971

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Presidente do Conselho

Diretor da F.D.P.

(Ext. — Reg. n. 3354. — Dia 7.9.71)

RESOLUÇÃO N. 12/71—C.D., DE 10. DE SETEMBRO DE 1971

O Presidente do Conselho Diretor da Fundação Desportiva Paraense, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16 do Dec. Lei n. 51, de 19 de agosto, combinado com o artigo 13 do Dec. n. 6834, de 23 de outubro, tudo de 1969, e,

Considerando os termos do ofício n. 028/71, de 8 de agosto do corrente ano, em que a firma Itapoã Ltda., propõe alteração no cronograma físico-financeiro para a execução da primeira etapa de obra de construção do Estádio "Governador Alacid da Silva Nunes", evidenciando o seu desejo de acelerar a obra, abrindo várias frentes de trabalho;

Considerando o pedido da aludida firma para que seja modificado o critério de pagamento, passando este a ser feito mediante quotas mensais, determinadas estas pelas medições realizadas;

Considerando o fato de haver a referida obra ficado pa-

ralisado pelo espaço de mais de cinquenta (50) dias, por conveniência da própria Fundação;

Considerando os pareceres das Assessorias Técnica e Jurídica da Fundação, devidamente endossados pelo parecer do Sr. Dr. Conselheiro Augusto Jarthe da Silva Ferreira, representante deste Conselho junto às obras de construção do Estádio;

Considerando finalmente o que foi aprovado por este Conselho, em reunião do dia 30 de agosto próximo findo,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o novo cronograma físico-financeiro da construção da primeira etapa do Estádio "Governador Alacid da Silva Nunes", apresentado pela firma Itapoã Ltda.

Art. 2.º — O pagamento à firma Itapoã Ltda., pelos serviços de construção, passará a ser feito em quotas mensais, determinadas pela medição das etapas realizadas em cada mês.

Parágrafo único — A medição e a avaliação dos serviços realizados ficará exclusivamente a critério da Fiscalização da Obra.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado.

Sala de reuniões do Conselho Diretor da Fundação, em 1º de setembro de 1971.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Presidente do Conselho

retor da F.D.P. (Ext. Reg. n. 3.354 — Dia: 07.09.71)

RESOLUÇÃO N. 13/71 — C.D., DE 1º DE SETEMBRO DE 1971

O Presidente do Conselho

Diretor da Fundação Desportiva Paraense, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16 do Dec. Lei n. 51, de 19 de agosto, combinado com o artigo 13 do Dec. n. 6834, de 23 de outubro, tudo de 1969, e,

Considerando a decisão do Conselho Diretor, em reunião de dia 3 de agosto do corrente ano, autorizando a reformulação do projeto arquitetônico do Estádio "Governador Alacid da Silva Nunes", mediante contrato com a firma ALCYR MEIRA & CIA. LTDA. — Arquitetura e Urbanismo;

Considerando que a firma ALCYR MEIRA & CIA. LTDA tem absoluta necessidade de entrar em entendimentos com o Escritório de Engenharia Antonio Alves Noronha, do Rio de Janeiro, visando a realização de estudos em conjunto, dos detalhes técnicos necessários ao andamento dos trabalhos,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Superintendência da Fundação autorizada a fornecer ao Dr. Alcyr Meira, Coordenador Técnico dos projetos de construção do Estádio, uma passagem via aérea Belém-Rio-Belém, correndo a respectiva despesa à conta dos recursos da Fundação.

Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado.

Sala de reuniões do Conselho Diretor da F.D.P., em 1º de Setembro de 1971.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Presidente do Conselho

retor da F.D.P.

(Ext. Reg. n. 3.354 — Dia: 07.09.71).

ANÚNCIOS

MT. — D.N.P.V.N
COMPANHIA DAS DOCAS
DO PARA
—C. D. P. —
Assembleia Geral
Extraordinária
Convocação
Pelo presente Edital convo-
co os Senhores Acionistas da
COMPANHIA DAS DOCAS

DO PARA (CDP), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no próximo dia 11 de setembro do ano em curso, às 10 horas, no Edifício-Sede da mesma, à Avenida Presidente Vargas, número 41, 2º andar, nesta cidade, a fim de deliberarem o seguinte:

- a) Eleição do Diretor Administrativo-Financeiro cargo vago em razão da renúncia do Diretor reeleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03.09.69;
- b) Reeleição do Diretor de Obras, Conservação e Manutenção, cujo mandato expirará em 10.09.1971;
- c) O que ocorrer Belém, 3 de setembro de 1971.
- (a) Cel. RAUL DA SILVA MOREIRA — Diretor Presidente (Ext. Reg. n. 3340 — Dias — 4, 9 e 10.9.71)

FERNÃO DIAS S/A.
AGROPECUÁRIA S/A.
Assembleia Geral
Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Srs. Acionistas da Fernão Dias Agropecuária S/A.: a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 20 de setembro de 1971, em sua sede social, à Av. Independência, 1045, nesta cidade e capital de Belém, Estado do Pará, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Apreciação do projeto de Diretoria desta data;
- b) Alteração dos Estatutos Sociais;
- c) Outros assuntos de interesse social.
- Belém, 2 de setembro de 1971.
- P/Fernão Dias Agropecuária S/A. — a) ilegível (Ext. — Reg. n. 3330 — Dias 4, 7, e 9.9.71)

BORBA GATO S/A.
AGROPECUÁRIA S/A.
Assembleia Geral
Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Srs. Acionistas da Borba Gato, Agropecuária S/A., a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 18 de setembro de 1971 em sua sede social, à Av. Independência, 1045, nesta cidade e capital de Belém, Estado do Pará, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Apreciação do Projeto de

- Diretoria desta data;
- b) Alteração dos Estatutos Sociais;
- c) Outros assuntos de interesse social.
- Belém, 2 de setembro de 1971.
- Borba Gato Agropecuária S/A. — a) ilegível (Ext. — Reg. n. 3331 — Dias 4, 7, e 9.9.71)

AGROPECUÁRIA CURIMA
Assembleia Geral
Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas da AGROPECUÁRIA CURIMA S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 18 de setembro de 1971, em sua sede social, à avenida Independência, 1045, nesta cidade e capital de Belém, Estado do Pará às 10 (dez horas), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Apreciação do Projeto de Diretoria desta data;
- b) Alteração dos Estatutos Sociais;
- c) Outros assuntos de interesse social.
- Belém, 2.9.71.
- (a) Ilegível (Ext. Reg. n. 3332 — Dias — 4, 7 e 9.9.71)

REFRIGERANTES GAROTO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
Assembleia Geral Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas desta empresa, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 4 de setembro de 1971, às 10,00 horas, na sede social da firma acima, situada no Quilômetro n. 3, da Rodovia BR-316, no Município de Ananindeua, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

- a) Alteração do artigo 30. dos Estatutos Sociais, que trata do objeto da sociedade;
- b) O que ocorrer.
- Ananindeua (Pa.), 30 de agosto de 1971.
- Ass) Emmanuel Bitencourt
Bispo
Diretor-Presidente
(Ext. Reg. n. 3319 — Dias — 3, 7 e 9.9.71)

BANCO CENTRAL DO BRASIL — (Modelo de Publicação)
Balanço Geral em 30 de junho de 1971

Nome do Estabelecimento: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.
Matriz em Belém
Estado do Pará
Carta Patente n. 6.350 de 03.09.1961
Cadastro Geral de Contribuintes n. 04 913.711

ATIVO		PASSIVO	
MATERIAIS E DEPARTAMENTOS		MATERIAIS E DEPARTAMENTOS	
DISPONÍVEL	9.533.593,89	NAO EXIGÍVEL	
REALIZÁVEL		CAPITAL:	
EMPRESTÍMOS		De Domiciliados no País	5.000.000,00
A Produção	24.299.851,64	De Domiciliados no Exterior	—
ao Comércio	9.944.603,19	Aumento de Capital	2.802.385,00
A Atividades Não Especificadas	6.655.442,07	Correção Monetária do Ativo	1.199.106,33
ao Governo Federal	—	Reservas e Fundos	5.666.644,48
A Governos Estaduais e Municipais	1.035.000,00		14.668.135,81
A Autarquias	8.733.401,30	EXIGÍVEL	
A Instituições Financeiras	—	DEPÓSITOS	
Em Letras Hipotecárias	50.653.299,20	A vista e a curto prazo	15.144.966,29
OUTROS CRÉDITOS		Do Público	—
Banco Central — Recolhimentos	2.799.909,90	De Domiciliados no Exterior	24.712.835,70
Cheques, Documentos e Ordens em Circulação e a Receber	2.805.150,96	Das Entidades Públicas	29.857.801,99
Adiantamento sobre Cambiais e Contratos de Câmbio	—		
Saldos Devedores em Contas de Depósitos	—	A médio prazo	—
Créditos em Liquidação	11.306.918,05	DO PÚBLICO:	
Acionistas — Capital a Realizar	77.533,50	A Prazo Fixo	7.375.001,27
Devedores por Créditos Liquidados no		Com Correção Monetária	7.375.001,27

<p>Exterior</p> <ul style="list-style-type: none"> Correspondentes no País Matriz, Departamentos e Corresponden- tes no Exterior — Em Moedas Estrangeiras Matriz, Departamentos e Corresponden- tes no Exterior — Em Moeda Na- cional Departamento no País Outras Contas 	<p>2.361.651,45</p> <hr/> <p>11.260.010,46</p> <p>1.879.524,93</p> <hr/> <p>248,14</p> <p>18.201,60</p> <hr/> <p>99.951,69</p> <hr/> <p>688.121,28</p>
VALORES E HENS	
<p>Finais à Ordem do Banco Central</p> <p>Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais</p> <p>Títulos Estaduais e Municipais</p> <p>Valores em Moedas Estrangeiras</p> <p>Outros Valores</p>	<p>32.490.699,25</p> <hr/> <p>83.965.520,16</p>
IMOBILIZADO	
<p>Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em Construção</p> <p>Móveis e Utensílios</p> <p>Amonartido</p> <p>Instalação da Sociedade</p> <p>Sistema de Comunicação</p> <p>Sistema de Mecanização Avançada</p> <p>Sistema de Segurança</p>	<p>6.915.729,50</p> <p>1.501.086,94</p> <p>492.398,58</p> <hr/> <p>28.119,00</p> <hr/> <p>8.937.344,02</p>
RESULTADO PENDENTE	
<p>Despesas Operacionais</p> <p>Despesas Administrativas</p> <p>Perdas Diversas</p> <p>Despesas de Exercícios Futuros</p> <p>Lucros e Perdas</p>	<p>—</p> <p>—</p> <p>1.098,15</p> <p>2.035.453,18</p> <hr/> <p>49.151.661,80</p>
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
<p>De Entidades Públicas</p>	<p>7.375.001,27</p> <hr/> <p>47.232.803,26</p>

Local e data Belém (Pa) 30 de junho de 1971

DIRECTORES

Dr. Jesus do Bonfim Mario de Medeiros
Nestor Freire Araud
Everaldo Stélio de Oliveira e Silva
Kleber Henriques Alvares

VISÃO DO CONSELHO FISCAL

Edmundo Moura
Lucio Vespasiano Mazine do Amaral
Marilda Wanderley Coelho Vianna
Raimundo Nonato dos Prazeres
Contador — Registro 902 — O.R.C.Pa.
CIRC. 93 — BANCENTRAL — Revista Bancária Brasileira — Rio — CB

Diário da Justiça

ANO XXXV

BELEM — TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1971

NUM. 7.475

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Presidente: Des. AGNANO MONTEIRO LOPES
Secretário: Dr. LUIS FARIA

COMARCA DA CAPITAL Edital com o prazo de trinta dias

O Dr. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, Juiz de Direito da 9a. Vara, na exercício cumulativo da 8a. Vara, da Comarca da Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc...

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que, por parte da Senhora Aurea de Sousa Braga, lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 8a. Vara do Cível, Aurea de Souza Braga, já qualificada, nos autos da ação de alimentos que move, perante V. Exa. contra seu esposo João Correia Braga, também qualificando, ex-pediente do escrivão Dr. Jose Milton de Lima Sampaio, pede vênias a V. Exa. para expor e requerer o seguinte: Em 25 de setembro de 1967 a petição ajuizou uma ação ordinária de melhoria de pensão alimentícia. O então titular desta Vara, recebendo o processo majorou a pensão provisoriamente, de Cr\$ 64,09 para Cr\$ 200,00. Sucede que até hoje, embora não por culpa própria, não pôde obter a citação do réu, estando aquela majoração completamente desatualizada ao custo atual da vida. O que recebe não é suficiente para a alimentação, quanto mais para o pagamento de aluguel de casa, roupas e instrução dos filhos do casal, em número de dois, ambos cursando ensino. Decorridos que são quase 4 anos do ajuizamento do feito, tudo o que a petição deseja é que seja estabelecido o percentual de 40% a ser descontado dos vencimentos do requerido, como pensão pa-

EDITAIS JUDICIAIS

ra a requerente e seus filhos, quantitativo que acha justo e lhe permitirá viver e instruir os filhos. A posição do requerido é por demais cômoda, porque com quase nada contribui, — e custa a acreditar que não se preocupe com o destino dos filhos. O seu procedimento, abarrecando o lar e esquecendo, por completo os filhos, como se fossem animais selvagens e não criaturas humanas, merece que a justiça lhe imponha e faça mesmo sentir o dever de sustentar e educar os filhos, que trouxe ao mundo, tarefa que está competindo quase que com exclusividade à petição. Esta situação digna Juiza, agravase dia a dia com o correr dos anos a petição vai perdendo as forças e cada dia o seu labor vem contribuindo com menos para o sustento do lar, cujo chefe dele desertou. O que ocorre é que, enquanto ele vive na ociosidade, no Rio de Janeiro, contribuindo com u'a migalha para o sustento dos filhos, a esposa geme no trabalho para o sustento dos filhos. Não é absurdo o que se pede. Ao contrário trata-se de solicitação estribada na lei e nos mais comensais princípios do dever social. Requer outrossim, se dige a V. Exa. fixe alimentos provisionais a base de um percentual justo, sobre os vencimentos e vantagens do posto do requerido. Espera deferimento. Belém, 28 de julho de 1971. pp. Flávio C. Maroja. "Nessa petição exarei o seguinte despacho: I) Remarco a audiência para o dia 4 de outubro, às 11 e 15 horas. Ciente

o R. M. P. II) Cite-se o réu através de edital de trinta (30) dias que será afixado no local de costume e publicado três (3) vezes consecutivas no Diário Oficial. III) Quanto à majoração da pensão, só após a realização da audiência, evidentemente poderá o assunto ser resolvido IV) Oficie-se à Secretaria do Interior e Justiça requerendo-se a publicação dos editais, bem como à unidade onde serve o requerido solicitando-se a apresentação do duplicado à audiência e informações a respeito de sua remuneração. Em 03.08.71. E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância será este publicado três vezes consecutivas no Diário Oficial e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém aos nove de agosto no ano de mil novecentos e setenta e um. Eu (a) Illegível escrivão interino, o datilógrafo e subscreevi.

(a) Nelson Silvestre Rodrigues Amorim
Juiz de Direito
(G. Reg. n. 862 — Dias 4 e 7.9.71)

COMARCA DA CAPITAL Edital de Decretação de Falência de Lira & Rocha Ltda.

O Doutor Raimundo das Chagas, Juiz de Direito da 1a. (Quarta) Vara Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de Falência requerida

por Martini & Rossy S/A., Indústria e Comércio de Bebidas contra Lira & Rocha Ltda. empresa estabelecida nesta cidade à Rua Manoel Barata, n. 340, foi proferida a sentença, cujo inteiro teor, para os devidos fins a seguir vai transcrito em sua forma, maneira e decisão a saber: — Vistos, etc. Martini & Rossy S/A., Indústria e Comércio de Bebidas, com sede à Rua Martini, n. 292, Município de São Bernardo do Campo — Estado de São Paulo, por seu advogado, devidamente habilitado, requereu a decretação da falência da firma Lira & Rocha Ltda., com sede nesta cidade, à Rua Manoel Barata, n. 340, fundamentando o seu pedido com as notas promissórias de fls. 06 e 08 protestadas, de valores Cr\$ 5.374,08 (Cinco mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros e oito centavos) e Cr\$ 5.374,09 (Cinco mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros e nove centavos). Citada a requerida, na forma da Lei, a mesma nada alegou em sua defesa, nem mesmo depositou as importâncias referidas para elidir a falência, conforme se vêem das certidões de fls. 52 verso e 53 verso. É o relatório: Ditz o art. 1.º do Decreto n. 7.661, de 21.06.45, in verbis: — "Considera-se falido o comerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a Ação Executiva" No caso, sub judice, a presunção juris tantum de que a requerida nada tem a alegar em sua defesa, deve-se ao fato de que silenciou, acomodou-se. A liquidez da dívida está provada. Eis que os títulos de fls. 06 e 08 são autônomos,

líquidos e certos, promissória devidamente protestada. Assim, o direito da requerente é justo e o juiz está convencido disto. Isto posto, Declaro, como declarado tenho, a falência da firma Lira & Rocha Ltda., com sede nesta cidade à Rua Manoel Barata, n. 340, estabelecida para a exploração comercial de produtos nacionais e estrangeiros, registrada na Junta Comercial do Estado do Pará, sob n. 1.322/71, de fls. 52 dos autos, na qual são sócios Wilson Rodrigues da Rocha, Antônio Lira Vaz de Castro, Paulo Augusto Shering da Rocha e José Wilson Shering da Rocha, os quais pela Cláusula XII do Contrato de Recomposição exercem a gerência da sociedade; Determino às doze (12) horas do dia 2 (dois) de setembro andante a declaração desta falência e fixo em Sessenta (60) dias, o Termo Legal da mesma. Nomeio a requerente Síndico, digo, a nomeação do Síndico fica à relação que a devedora fará na forma do parágrafo 1º do art. 60 da Lei de Falência, ficando desde logo concedido o prazo de vinte (20) dias para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos à escrituração para cumprir o que dispõe os artigos 15/16 da Lei cit. P.I.R. e Cumpra-se. Notifique-se o devedor para apresentar a relação dos credores. Belém, 01 (hum) de setembro de 1971.

(a) Raimundo das Chagas — Juiz da 4ª. Vara Cível e Comércio. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos dois dias do mês de setembro de 1971. Eu, Sônia Maria Calado de Miranda, escrevente juramentada, datilografei e subscrevo.

a) Raimundo das Chagas
Juiz de Direito da 4ª. Vara
do Cível e Comércio
(T. n. 17.348. — Reg. n. 3346. — Dia 7.9.71)

COMARCA DA CAPITAL
EDITAL COM O PRAZO DE
TRINTA DIAS

O Dr. Raimundo das Chagas
Juiz de Direito da 4ª. Vara

privativa de Registros Públicos, desta Capital, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: — Rachid Charif, brasileiro, comerciante, aposentado, solteiro, domiciliado e residente nesta cidade, vem respeitosamente, expor e, ao final, requerer a V. Exa. o seguinte: — Que, como prova o incluso traslado, o Supte. foi reconhecido através da escritura pública lavrada em notas do Cartório "Condurú", às fls. 27 do Livro 6-A, em data de 6 de março do ano de 1933 — pelo cidadão Benjamim Rachide Charife, natural da Síria, solteiro, maior, comerciante, como filho do mesmo havido da genitora do requerente, com quem o mesmo vivia em concubinato — dona Domingas Cardoso, também conhecida por Domingas Cardoso, como prova a inclusa certidão de nascimento da mesma; Que, somente agora o suplicante veio ter conhecimento da escritura de reconhecimento em tela, depois de conseguido a documentação que acompanha esta, como sejam "carteira profissional" e "Carteira de Identidade", obtidas "ex-officio", como era de praxe. Face ao exposto, vem o suplicante com todo o acatamento requerer a V. Exa. se digne de autorizar a expedição do competente mandado para que seja feito o registro do nascimento do Supte., nos seguintes termos: — Rachid Charif, nascido em 4 de novembro de 1923, nesta cidade, filho reconhecido de Benjamim Charif, presente, falecido e de Domingas Cardoso, sendo seus avós paternos, ignorados, e maternos — Cassiano Cardoso e Joana de Souza Cardoso. Termos em que, P. Deferimento. Belém, 23 de outubro de 1970. a) — Rachid Charif. ATESTAMOS sob as penas da lei, que as declarações retro são verdadeiras, nome — Luciano de Moraes;

resid. — Passag. Brotinho, 37-A, Telégrafo, nome: — Deuzarina Machado Cardoso, resid. — Rua Municipalidade n. 691. — E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir este que será publicado três (3) vezes pela imprensa e no "Diário da Justiça", e será afixado no lugar público de costume, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 03 dias do mês de setembro de 1971. Eu, Edmilton Pinto Sampaio, escrivão interino, o subscrevo.

Raimundo das Chagas
O Juiz de Direito
(Ext. Reg. n. 3.355 — Dia 07.09.71)

REPARTIÇÃO CRIMINAL
O Dr. Ernani Mindelo Garcia,
1º. Pretor Criminal, etc
Faz saber aos que este lerem, ou dele tomarem conhecimento, que, pelo Dr. 2º. Promotor Público, foi denunciada Raimundo Gonçalves Brito, paraense, solteiro, doméstica com 18 anos de idade, residente e domiciliada nesta cidade, à Passagem Lauro Sodré, n. 117, como incurso no artigo 129 do Código Penal Brasileiro. Como não foi encontrado para ser citada, expedese o presente edital, para que compareça a esta Pretoria (Palácio da Justiça), no dia 22 de corrente, às 9,30 horas, a fim de ser interrogada pelo crime de lesões corporais de que é acusada. Cumpra-se.
Belém, 1 de setembro de 1971.
Eu, José Maria de Lima, escrivão, o datilografei e subscrevo.
Ernani Mindelo Garcia
1º. Pretor Criminal
(G. Reg. n. 1090)

O Dr. Ernani Mindelo Garcia
1º. Pretor Criminal, etc
Faz saber aos que este lerem, ou dele tomarem conhecimento, que, pelo Dr. 1º. Promotor Público, foi denunciado José Maria Moraes, paraense, solteiro, portador, com 22 anos de idade, residente à rua Paes de Souza n. 746, como incurso no artigo 129 do Código Penal Brasileiro. Como não foi encontrado para ser citado, expedese o presente edital, para que compareça a esta Pretoria (Palácio da Justiça), no dia 22 de setembro de 1971, às 9 horas, a fim de ser interrogado.

do pelo crime de lesões corporais leves, de que é acusado. Cumpra-se.

Belém, 1 de setembro de 1971.
Eu, José Maria de Lima, escrivão, o datilografei e subscrevo.
Ernani Mindelo Garcia
1º. Pretor Criminal
(G. Reg. n. 1090)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
EDITAL
Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria os autos de Embargos Penais da Capital em que é embargante — Leonardo Santos Aguiar assistido de seu advogado Dr. Ubiraci Silva e embargada — A Justiça Pública, a fim de ser preparado ditos Embargos para sorteio de relator, distribuição e julgamento por uma das Câmaras dentro do prazo de três (3) dias a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça — Belém, 1 de setembro de 1971.
LUIS FARIA Secretário do TJJ
(G. Reg. n. 1090)

EDITAL
Faço público para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada nesta Secretaria os autos de Embargos Cíveis da Capital em que é embargante — Luna Bensimon assistida de seu advogado Dr. Antônio Ximenes assistido de seu advogado Dr. Antônio Medeiros, a fim de ser preparado ditos Embargos, para sorteio de relator, distribuição e julgamento por uma das Câmaras dentro do prazo de três (3) dias a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça — Belém, 1 de setembro de 1971.
LUIS FARIA Secretário do TJJ
(G. Reg. n. 1091)

Anúncio de Julgamento da 1ª. Câmara Cível
Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Des. Presidente das Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça foi designado o dia 14 de setembro para julgamento pela 1ª. Câmara Cível do seguinte feito:

Agravo da Capital
 Agvte: — Analla Ruth Linha
 Salas da Silva
 (Dr. Aramis Leite da Silva)
 Agvdo: — Miguel Salame da
 Silva (Dr. José Maria Cardoso)
 Relator: — Desembargador
 Silvio Hall de Moura
 Secretaria do Tribunal de Jus-
 tiça do Estado do Pará, Belém
 2 de setembro de 1971.
GENGIS FREIRE — Subse-
 cretário do T.J.E.
 (G. Reg. n. 1092)

**Anúncio de Julgamento da 1a.
 Câmara Penal**

Faço público, para conheci-
 mento de quem interessar pos-
 sa, que, pelo Exmo. Sr. Des

Presidente das Câmaras do
 Egrégio Tribunal de Justiça foi
 designado o dia 14 de setembro
 para julgamento pela 1a. Câmara
 Penal do seguinte feito:
Apelação Penal da Capital
 Apde: — Guilherme Alves Ma-
 rinho, vulgo "Capitão Pereba"
 (Dr. Miguel Antunes Carnel-
 ro)
 Apda: — A Justiça Pública
 Relator: — Desembargador
 Pojucan Tavares
 Secretaria do Tribunal de Jus-
 tiça do Estado do Pará, Belém,
 2 de setembro de 1971.
GENGIS FREIRE — Subse-
 cretário do T.J.E.

(G. Reg. n. 1093)

Justiça do Trabalho da 8a. Região

3a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO
JULGAMENTO DE BELEM
EDITAL DE PRAÇA, com
 o prazo de vinte (20) dias,
 para venda e arrematação
 o bem penhorado na
 execução movida por
 Raimundo Cavalcante de
 Oliveira contra N. Peixoto
 & Cia. Ltda., processo n.
 3a. JCJ—H—853/70

O Doutor Juiz Presidente da 3a.
 Junta de Conciliação e Julga-
 mento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos
 o presente Edital virem, ou
 dele notícia tiverem que no dia
 21.9.71, às 14,15 horas, na sede
 desta Junta, à Trav. D. Pe-
 dro I, n. 750, 2o. bloco 4o. an-
 dar, serão levados a público pre-
 gão de venda e arrematação o
 bem penhorado na execução aci-
 ma mencionada, que é o se-
 guinte com a respectiva avalia-
 ção:

1 (uma) lancha rebocadora,
 motorizada, casco e convés de
 ferro, com capacidade de 80 to-
 neladas, motor n. 8R2365, de 135
 HP, n. da bomba 21P3460, mar-
 ca "Caterpillar", denominada
 "COLOMBO", avaliada em cento
 e vinte mil cruzeiros
 (Cr\$ 120.000,00).

Quem pretender arrematar di-
 to bem, deverá comparecer no
 dia, hora e local acima mencio-
 nados, ficando ciente o arrema-
 tante de que, por ocasião da
 praça, deverá garantir o lance
 com o sinal de 20% do seu va-
 lor. E, para que chegue ao co-
 nhecimento de todos os interes-

sados, é passado o presente
 Edital, que será publicado no
 DIÁRIO OFICIAL e afixado no
 lugar de costume, na sede desta
 Junta, Belém, 26 de agosto de
 1971. Eu, Elizabeth F. da Cruz,
 datilografai, e eu, Maria das
 Mercês Pereira, Chefe da Se-
 cretaria, subscrevi.

Haroldo da Gama Alves
 Juiz do Trabalho Substituto,
 em exercício na execução da 3a.
 JCJ de Belém
 (G. Reg. n. 1047)

EDITAL DE PRAÇA, com
 o prazo de vinte (20) dias,
 para venda e arrematação
 de bens penhorados na
 execução movida por
 Izidoro Fernandes Lopes
 contra União Fabril Ltda.,
 no processo n. 3a. JCJ-378/71

O Doutor Juiz Presidente da 3a.
 Junta de Conciliação e Julga-
 mento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos
 o presente Edital virem, ou
 dele notícia tiverem que no dia
 10.9.71 às 14,15 horas, na sede
 desta 2a. Junta, à Trav. D. Pe-
 dro I, n. 750, 2o. bloco, 4o. and.
 serão levados a público pregão
 de venda e arrematação, os bens
 penhorados na execução acima
 mencionada, que são os seguin-
 tes com as respectivas avalia-
 ções.

1 (hum) prédio geminado, lo-
 calizado à rua Manoel Evaristo
 número 230/6, possuindo duas
 (2) casas, com Quatorze (14)
 metros de frente x de fundos,
 sendo sete (7) metros de frente

para cada casa. A edificação
 consta de duas (2) casas de al-
 venaria, com dois (2) pavimen-
 tos, possuindo em cada pavimen-
 to: sala, dois (2) quartos,
 copa e cozinha, avaliada cada
 casa em Cr\$ 8.000,00 (oitto mil
 cruzeiros), ou seja Cr\$ 16.000,00
 (dezesseis mil cruzeiros) o va-
 lor de prédio.

Quem pretender arrematar di-
 tos bens, deverá comparecer no
 dia, hora e local acima mencio-
 nados, ficando ciente o arrema-
 tante de que, por ocasião da
 praça, deverá garantir o lance
 com o sinal de 20% do seu va-
 lor. E, para que chegue ao co-
 nhecimento de todos os interes-
 sados, é passado o presente
 Edital, que será publicado no
 DIÁRIO OFICIAL e afixado no
 lugar de costume, na sede desta
 Junta, Belém, 19 de agosto de
 1971. Eu (Ass. Ilegível), da-
 tilografai, e eu, Maria das Mer-
 cês Pereira, Chefe da Secreta-
 ria, subscrevi.

Haroldo da Gama Alves
 Juiz do Trabalho Substituto,
 em exercício na execução da 3a.
 JCJ de Belém
 (G. Reg. n. 1048)

EDITAL DE PRAÇA, com
 o prazo de vinte (20) dias,
 para venda e arrematação
 de bens penhorados na
 execução movida por
 José Pereira da Silva contra
 Frigorífico Paraense S. A.,
 no processo n. 3a. JCJ —
 1.289/69.

O Doutor Juiz Presidente da 3a.
 Junta de Conciliação e Julga-
 mento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos
 o presente Edital virem, ou
 dele notícia tiverem que no dia
 22.9.71 às 14,15 horas, na sede
 desta 2a. Junta, à Trav. D. Pe-
 dro I, n. 750, 2o. bloco, 4o. and.
 serão levados a público pregão
 de venda e arrematação, os bens
 penhorados na execução acima
 mencionada, que são os seguin-
 tes com as respectivas avalia-
 ções:

1 (uma) Máquina de escrever
 marca OLIVETTI, de número
 766988, com 130 espaços, de cor-
 esverdeada, no estado. Avaliada
 em Cr\$ 350,00 (trezentos e cin-
 quenta cruzeiros).

1 (Uma) Máquina de escrever
 marca OLIVETTI, de número
 613228, com 130 espaços de cor-
 esverdeada, no estado. No va-
 lor de Cr\$ 300,00 (trezentos cru-

zeiros).
 1 (uma) Máquina de somar
 elétrica marca OLIVETTI, de
 número 90457524, no estado. Ava-
 liada em Cr\$ 500,00 (quinhentos
 cruzeiros).

Quem pretender arrematar di-
 tos bens, deverá comparecer no
 dia, hora e local acima mencio-
 nados, ficando ciente o arrema-
 tante de que, por ocasião da
 praça, deverá garantir o lance
 com o sinal de 20% do seu va-
 lor. E, para que chegue ao co-
 nhecimento de todos os interes-
 sados, é passado o presente
 Edital, que será publicado no
 DIÁRIO OFICIAL e afixado no
 lugar de costume, na sede desta
 Junta, Belém, 19 de agosto de
 1971. Eu, a) Ilegível, da-
 tilografai, e eu, Maria das Mer-
 cês Pereira, Chefe da Secreta-
 ria, subscrevi.

Lygia Simão Luiz Oliveira
 Juiza Presidente da 3a. JCJ
 de Belém
 (G. Reg. n. 1048)

EDITAL DE PRAÇA, com
 o prazo de vinte (20) dias,
 para venda e arrematação
 de bens penhorados na
 execução movida por
 Benedito Tenório Farias
 contra União Fabril Ltda.,
 no processo 3a. JCJ—301/71.

O Doutor Juiz Presidente da 3a.
 Junta de Conciliação e Julga-
 mento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos
 o presente Edital virem, ou
 dele notícia tiverem que no dia
 13.9.71 às 14,45 horas, na sede
 desta 2a. Junta, à Trav. D. Pe-
 dro I, n. 750, 2o. bloco, 4o. and.
 serão levados a público pregão
 de venda e arrematação, os bens
 penhorados na execução acima
 mencionada, que são os seguin-
 tes com as respectivas avalia-
 ções:

1 (um) prédio geminado, lo-
 calizado à rua Manoel Evaristo,
 número 230/6, possuindo duas
 (2) casas, com quatorze (14)
 metros de frente x por 25 (vin-
 te e cinco) metros de fundos,
 sendo sete (7) metros de fren-
 te para cada casa, a edificação
 consta de duas (2) casas de al-
 venaria, com dois (2) pavimen-
 tos, possuindo em cada pavimen-
 to: sala dois (2) quartos,
 copa e cozinha, avaliada cada
 casa em Cr\$ 8.000,00 (oitto mil
 cruzeiros), ou seja Cr\$ 16.000,00
 (dezesseis mil cruzeiros) o va-
 lor do prédio.

Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente o arrematante de que, por ocasião da praça, deverá garantir o lance com o sinal de 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente

Edital, que será publicado no DIÁRIO OFICIAL e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 20 de agosto de 1971. Eu, a) Ilegível, datilografei, e eu, Maria das Mercês Pereira, Chefa da Secretaria, subscrevi

Lygia Simão Luiz Oliveira
Juíza Presidente da 3a. JCJ
de Belém
(G. Reg. n. 1050)

EDITAL DE PRAÇA, com o prazo de vinte (20) dias, para venda e arrematação de bens penhorados na execução movida por Raimundo Cordeiro de Castro contra Auto Viação Batista Campos, processo n. 3a. JCJ—2.125/70 e anexo.

O Doutor Juiz Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que no dia 24.9.71 às 14,15 horas, na sede desta 2a. Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, 2o. bloco, 4o. and., serão levados a público pregão de venda e arrematação, os bens penhorados na execução acima mencionada, que são os seguintes com as respectivas avaliações:

1 (um) ônibus marca MERCEDES BENZ, ano de fabricação 1962, chapa n. 9.0238.Pa., motor n. 321919030, chassi n. 30712616, de 120 HP, avaliado em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente o arrematante de que, por ocasião da praça, deverá garantir o lance com o sinal de 20% do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no DIÁRIO OFICIAL e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 25 de agosto de 1971. Eu, Elizabeth F. da Cruz,

datilografei, e eu, Maria das Mercês Pereira, Chefa da Secretaria, subscrevi

Haroldo da Gama Alves
Juiz do Trabalho Substituto,
em exercício na execução da 3a.
JCJ de Belém
(G. Reg. n. 1052)

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE PARINTINS
PORTARIA N. 005 — DE 20
DE AGOSTO DE 1971

O Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins, Doutora Lucy Stone Bivar Rodrigues, por nomeação legal etc.,

Considerando que o Chefe de Secretaria desta Junta afastou-se pelo período de sessenta (60) dias, em gozo de férias regulamentares relativas aos exercícios de 1970 e 1971.

RESOLVE:

Designar o funcionário Artêmio Ferreira Picanço Filho, Porteiro de Auditório, símbolo PJ-8 para, cumulativamente, em substituição, responder pela chefia da Secretaria enquanto perdurar o impedimento do titular, a partir de vinte (20) do fluente agosto.

Publique-se e cumpra-se, dando ciência ao interessado.

Parintins, (Am), 20 de agosto de 1971.

Dra. Lucy Stone Bivar Rodrigues
Suplente de Juiz Presidente

HOMOLOGADA pelo Exmo. Sr.

Dr. Juiz Presidente inclusiva para efeito de pagamento. Em 27.8.71 — José Marques Soares da Silva — Vice-Presidente do TRT, no exercício da Presidência.

(G. Reg. n. 1056)

Justiça Federal

— EDITAL —
Ref. Processo n. 3383

O Doutor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que lerem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem que, pelo mesmo CITA Queiroz Costa & Cia., residente à Rua 15 de Novembro, n. 94, nesta cidade, com o prazo de quarenta e cinco (45) dias, para responder aos termos e de acordo com a petição e despachos a seguir transcritos: — "Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal — Diz a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Delegacia Regional no Estado do Pará, órgão do Governo Federal, localizado na rua Manoel Barata, n. 91, nesta capital, por seu procurador infra-assinado (procuração anexa), que sendo credora da firma Queiroz Costa & Cia. estabelecida à Rua 15 de Novembro, n. 94, nesta cidade, da importância de Cr\$ 1.248,00 (Hum mil duzentos e Quarenta e Oito cruzeiros), proveniente da

multa imposta por infração ao art. 11, letra "k" da Lei Delegada n. 4, de 26 de setembro de 1962, como prova a certidão junta, requer a V. Excia., mandar citá-lo, ou a quem por lei estiver obrigado ao pagamento da mencionada multa, para pagar incontinenti a quantia devida e acessórios de direito, ou, não pagando, nomear bens a penhora, tantos quantos bastem para o pagamento pedido, sob pena de penhora nos que forem achados, ficando desde logo citado bem com sua mulher se a penhora recair sobre bens imóveis para todos os termos de execução, até final julgamento, pena de revelia, tudo de conformidade com o que diz o Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Pede deferimento. Belém, 29 de março de 1971. a) Antonio Maria da Silva Serra — Assessor Jurídico — CPF 008192202". DESPACHO: — Cite-se. Belém, 05 de abril de 1971. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto". REQUERIMENTO DO EXEQUENTE: — Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) Delegacia no Estado do Pará, Órgão do Governo Federal, por seu

procurador infra-assinado, ciente do contido na certidão de fls. 7v, processo 3383, Executivo Fiscal, Exequente SUNAB e Executado Queiroz Costa & Cia., requer a V. Excia. ordenar a publicação do Edital de Citação de conformidade com o art. 11 do Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Pede Deferimento. Belém, 16 de julho de 1971. a) Antonio Maria da Silva Serra — Procurador — SUNAB — CPF 008192202. DESPACHO: — Defiro o requerimento de fls. 10. Publiquem-se editais de citação com o prazo de 45 dias. Belém, Pa., em 20 de julho de 1971. a) A. Santiago — Juiz Federal. Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedir o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei. DADO e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e hum. Eu, a) Ilegível, Oficial Judiciário, o datilografei E eu, a) Ilegível Chefe de Secretaria, o conferi e assinou.

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago
Juiz Federal
(G. Reg. n. 1.002 — Dias: 01, 04 e 07.09.71)

— EDITAL —
Ref. Proc. n. 3191

O Doutor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que lerem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA Nunes Santos, residente e domiciliado à Travessa Caldeira Castelo Branco, n. 1456, com o prazo de quarenta e cinco (45) dias, para responder aos termos da Ação Executiva Fiscal que se processa neste Juízo, movida pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), aos tér-

mos e de acordo com a petição e despachos a seguir transcritos: — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal. — Diz a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Delegacia no Estado do Pará, Órgão do Governo Federal, situada na rua Manoel Barata, n. 91, nesta Capital, por seu Procurador infra-assinado (procuração anexa), que sendo credora da firma Nunes Santos (Salão Souvenir), estabelecido à travessa Caldeira Castelo Branco, n. 1456, nesta capital, da importância de Cr\$ 83,80 (Oitenta e Oito Cruzeiros e Oitenta Centavos) proveniente de multa imposta por infração ao art. 11, letra "c" da Lei Delegada n. 4, de 26 de setembro de 1962, como prova a certidão anexa, requer, a V. Excia., se digna mandar citá-lo, ou a quem por lei estiver obrigado ao pagamento da mencionada multa, para pagar incontinenti a quantia devida e acessórios de direito, ou, não pagando, nomear bens a penhora, tantos quantos bastem para o pagamento pedido, sob pena de penhora nos que forem achados, ficando desde logo citado, bem como sua mulher se a penhora recair sobre bens imóveis — para todos os termos da execução até final julgamento, pena de revelia, tudo de conformidade com o que dispõe o Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Nestes Termos Pede Deferimento. Belém, 15 de dezembro de 1970 a) Antonio Maria da Silva Serra — Assessor Jurídico". DESPACHO: A. Cite-se. Belém, Pa., em 18 de dezembro de 1970. a) A Santiago — Juiz Federal". REQUERIMENTO DO EXEQUENTE: — "Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Substituto. — Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Delegacia no Estado do Pará, Órgão do Governo Federal, por seu procurador infra-assinado, cliente do contido na certidão de fls. 7v, processo 3194 Executivo Fiscal. Exequente SUNAB e Executado Nunes Santos (Salão Souvenir), requer a V. Excia., ordenar a publicação do Edital

de Citação, de conformidade com o art. 11, do Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Pede deferimento. Belém, 16 de julho de 1971. a) Antonio Maria da Silva Serra — Procurador — SUNAB — CPF 008192202". DESPACHO: — Defiro o requerimento de fls. 10. Publiquem-se Editais de citação com o prazo de 45 dias. Belém, Pa., em 20 de julho de 1971. a) A. Santiago — Juiz Federal". Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei DADO e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e hum. Eu, a) Ilegível, Oficial Judiciário, o datilografei. E eu, a) Ilegível, Chefe de Secretaria, o conferi e assino. Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago Juiz Federal (G. Reg. n. 1.002 — Dias: 01, 04 e 07.09.71).

— EDITAL —
Ref. Proc. n. 3381

O Doutor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER aos que lerem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA Queiroz Costa & Cia., residente (domiciliado) à Rua 15 de Novembro, n. 94, nesta cidade com o prazo de quarenta e cinco (45) dias, para responder aos termos da Ação Executiva Fiscal que se processa neste Juízo, movida pela Superintendência Nacional do Abastecimento — (SUNAB), nos termos e de acordo com a petição e despachos a seguir transcritos: — "Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal. Diz a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Delegacia Regional no Estado do Pará, Órgão do Governo Federal, localiza-

da na Rua Manoel Barata, n. 91, nesta Capital, por seu procurador infra-assinado (procuração anexa), que sendo credora da firma Queiroz Costa & Cia. estabelecida à Rua 15 de Novembro, n. 94, nesta cidade, a importância de Cr\$ 1.872,00 (Hum Mil, Oitocentos e Setenta e Dois Cruzeiros), proveniente da multa imposta por infração ao art. 11, letra "k" da Lei Delegada n. 4, de 26 de setembro de 1962, como prova a certidão junta, requer a V. Exa. mandar citá-lo, ou a quem por lei estiver obrigado ao pagamento da mencionada multa, para pagar incontinenti a quantia devida e acessórios de direito, ou, não pagando, nomear bens a penhora, tantos quantos bastem para o pagamento pedido, sob pena de penhora, nos que forem achados, ficando desde logo citado — bem como sua mulher se a penhora recair sobre bens imóveis — para todos os termos de execução, até final julgamento, pena de revelia tudo de conformidade com o que diz o Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Pede deferimento. Belém, 29 de março de 1971. a) Antonio Maria da Silva Serra, Assessor Jurídico — CPF 008192202". DESPACHO: Cite-se. Belém, 5 de abril de 1971. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto". REQUERIMENTO DO EXEQUENTE: — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Substituto — Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), Delegacia no Estado do Pará, Órgão do Governo Federal, por seu procurador infra-assinado, cliente do contido na certidão de fls. 7v, Processo n. 3381, Executivo Fiscal, Exequente SUNAB e Executado Queiroz Costa & Cia., requer a V. Excia. ordenar a publicação do Edital de Citação, de conformidade com o art. 11 do Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938. Pede deferimento. Belém, 16 de julho de 1971. a) Antonio Maria da Silva Serra — Procurador — SUNAB — CPF 008192202. DESPACHO: — Defiro o requere-

mento de fls. 10. Publiquem-se Editais de citação com o prazo de 45 dias. Belém, Pará, 20 de julho de 1971. a) A. Santiago — Juiz Federal". Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da lei DADO e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e hum. Eu, a) ILEGÍVEL, Oficial Judiciário, o datilografei. E eu, a) ILEGÍVEL, Chefe de Secretaria, o conferi e assino.

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago
Juiz Federal
(G. Reg. n. 1.002 — Dias: 01, 04 e 07.09.71).

SECCIONAL DO PARÁ
Consignação em Pagamento
N. 528 — Autora — Viação Aérea São Paulo S.A. — VASP (Adv. Francisco Djacir Landim)
Réu — O INPS (Adv. Ramundo Nilson Pinto de Menonça)

Despacho — Notifique-se a A. desistente a efetuar o pagamento das custas.
Belém, Pará, em 9.6.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.
Ação Combinatória
N. 1164 — Autor — Leonam Gondim da Cruz (Adv. Geraldo Ferreira Lima)
Ré — Caixa Econômica Federal — Filial do Pará — (Adv. Gilberto Monteiro Chaves)

Despacho — Notifique-se a A. a efetuar o pagamento das custas.
Belém, Pará, em 9.6.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.
Medida Preventiva
N. 1619 (TFR n. 28883) — Agravantes — Carlos Alberto das Chagas Marques e outros (Adv. Ademar Kato e João Batista Klautau Leão)
Agravados — União Federal e Ernesto Arthur Monteiro (Dr. Paulo Meira)

Despacho — Faça-se a conta das custas a serem pagas pelos Requerentes.

Belém, Pará, em 9.6.71. a) Aristides Pôrto de Medeiros — Juiz Federal Substituto. Incidente de Insalubridade Mental

N. 1907 — Examinando — José do Espírito Santo Eri-celra

Despacho — Oficie-se aos paritos.

Belém, Pará, em 9/6/71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

Mandado de Segurança

N. 3048 — Impetrante — Sandoval Bezerra Franklin (Adv. Stênio do Carmo)

Impetrado — Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal

Despacho — Informe a Secretaria o que se oferecer a respeito da importância de Cr\$ 250,00 referida na conta de fls. 36.

Belém, Pará, em 9/6/71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA
2a. Região — Estado do Pará

BOLETIM DA JUSTIÇA FEDERAL Nº 105
Expediente do dia 11.06.71

JUIZ FEDERAL E DIRETOR DO FORO

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

Dr. Aristides Pôrto de Medeiros

CHEFE DA SECRETARIA

Dr. Loris Rocha Pereira

GABINETE DO EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL E DIRETOR DO FORO

DESPACHOS EM OFÍCIOS E PETIÇÕES

Petição de Lucílio Bentes Macêdo

Assunto — Solicita fornecimento da certidão negativa

Despachos — Circulou-se o que constar, pagas as custas pelo Suplicante. A Secretaria, Belém, Pa., em 11.6.71.

a) A. Santiago — Juiz Federal e Diretor do Fóro

Ofício Circular DR/PA — 456/71 do Sr. Delegado Regio-

nal do Trabalho

Assunto — Comunica assunção de função

Despacho — Acusar, agradecer e arquivar. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal e Diretor do Fóro

Ofício n. 919/71 — SPMAF — DR/PA do Sr. Delegado Regional do DPF

Assunto — Encaminha Inquérito Policial n. 40/71 — DR/PA

Despacho — A. Conclusos. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal e Diretor do Fóro

Ofício n. 896/61 — PI-DRI PARÁ do Sr. Delegado Regional do DPF

Assunto — Encaminha Inquérito Policial de ns. 33, 34, 35/71 — DR/PA

Despacho — Acusar e arquivar. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

DESPACHOS EM PROCESSOS

Inquérito Policial n. 33/71 do DPF/PA

Despacho — A. Conclusos. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal e Diretor do Fóro

Inquérito Policial n. 34/71 do DPF

Despacho — Idêntico à acima

Inquérito Policial n. 35/71 do DPF/PA

Despacho — Idêntico à acima

DESPACHOS DO EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL

DESPACHOS EM OFÍCIOS E PETIÇÕES

Petição do INPS (Adv. Arthur Q. Ferreira)

Assunto — Pede juntada de mandato com poderes de transigência — ref. ao executivo fiscal n. 593 movido contra Milton Miranda & Cia.

Despacho — Junta-se aos autos. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

Petição do INPS (Adv. Dr. Arthur Q. Ferreira)

Assunto — Solicita idênticas medidas ref. ao proc. n. 1.165 movido contra B. M. Costa

Despacho — Idêntico à acima

DESPACHOS EM

PROCESSOS

Executivo Fiscal

N. 2046 — Exequente: — O INPS (Adv. Luiz Carlos Noura)

Executada — Delta Engenharia Construções Ltda. — (Adv. Paulo Klautau)

Despacho — 1 — Sobre o pedido de fls. 13 ouça-se a Procuradoria do Instituto exequente. 2 — Embora a Executada tenha se manifestado contra o requerimento de fls. 22, hei por bem deferir-lhe o pedido de substituição de um bem por outro não trará prejuízos a executada. Oficie-se ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 10a. Vara desta capital solicitando o abandono de quantia necessária destinada a garantir o pagamento da dívida objeto da cobrança. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

N. 3569 — Exequente: — O INPS (Adv. José Maria Frota Rôlo)

Executados — José Miguel Abraão e outros (Adv. José Manoel Reis Ferreira)

Despacho — Diante da norma estabelecida no § 2º do art. 84 da lei n. 3.907/70 (introduzida pelo Dec. Lei n. 66 de 21.11.66), que considera título de dívida o instrumento de confissão de dívida, reconsidero o despacho proferido às fls. 14 para ordenar, como ordeno, o prosseguimento do feito com a penhora em bens do devedor, tantos quantos bastem a fim de garantir a execução, caso venha a ação ser julgada procedente. Expeça-se, pois, o competente mandado. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

Ação Penal

N. 2041 (contrabando) — Autora — A Justiça Pública (Dr. Paulo Meira)

Réu — Jael Vianna (W. Quintanilha Bibas)

Despacho — Observe-se o disposto no art. 499 do Cód. de Proc. Penal. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

N. 2555 — Autora: — A Justiça Pública — (Dr. Paulo Meira)

Réu — Giorgio Palangola e outros (Adv. Paulo C. de Oliveira, Marcelino Vianna)

Despacho — Faça-se o recolhimento da quantia depositada às fls. 143, após o que voltem os autos conclusos. Belém, Pa., em 11.6.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

N. 2837 (Peculato) — Autora: — A Justiça Pública — (Dr. Paulo Meira)

Réu — Carlos Aragão de Castro (Adv. Helomar G. de Matos)

Despacho — Dou pela in competência desta Justiça Federal para prosseguir na instrução e julgamento deste feito, razão porque, diante do parecer favorável emitido às fls. 177 verso pelo representante do Ministério Público, defiro o pedido de fls. 175 para ordenar, como ordeno, a remessa dos autos à Justiça Comum, com as cautelas legais. Belém, Pa., em 11.06.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

SENTENÇAS PROFERIDAS

Executivo Fiscal

N. 401 — Exequente: — A União Federal — (Dr. Paulo Meira)

Executado — J. O. Rocha Filho

Sentença — Homologo, por sentença, a arrematação de fls., para que a mesma produza os seus devidos e legais efeitos. Custas na forma da Lei P.R.I. 2. Ao cálculo. Belém, Pa., em 11.06.71. a) A. Santiago — Juiz Federal

DESPACHOS DO EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

DESPACHOS EM OFÍCIOS E PETIÇÕES

Ofício n. 917/71 — PS-DR/PA do Sr. Delegado Regional do DPF/PA.

Assunto — Encaminha Laudo de Avaliação e Classificação — ref. ao Inquérito Policial n. 37/71 — DR/PA.

Despacho — Junta-se aos autos. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto.

Petição de Geraldo Mageça Bonfim — (Adv. Hamilton Ferreira de Souza)

Assunto — Solicita desistência do direito de apresentar "defesa prévia" ref. ao processo de crime contrabando que lhe move a Justiça Pública

Despacho — N. A. Conclusos

sos. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

Telegrama QTN do Sr. Rafael Grossi da Veiga

Assunto: — Solicita possibilidade nova data para qualificação e interrogatório.

Despacho: — Junta-se aos autos. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

DESPACHOS EM PROCESSOS

Executivo Fiscal

N. 445 — Exequente: — A União Federal — (Dr. Paulo Meira)

Executado: — João Jorge Alves da Fonseca

Despacho: — Atualize-se o cálculo. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

N. 1163 — Exequente: — A União Federal — (Dr. Paulo Meira)

Executada: — PAN S/A. — Publicidades, Anúncios, Negócios

Despacho: — Informe a Secretaria a existência de bens da Executaria penhorados em outras ações. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal

N. 2856 — Exequente: — O INPS — (Adv. Luiz Carlos Noura)

Executado: — Porfírio do Amaral Ramos — (Adv. Pedro Moura Palha)

Despacho: — Designo a audiência do dia 22 de setembro próximo às 11.30 horas para instrução e julgamento do presente feito. Intime-se. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

Ações Penais

N. 1237 — Autora: — A Justiça Pública — (Dr. Paulo Meira)

Réus: — Flaviano Miranda de Souza e Domingos Lobato dos Santos — (Adv. Caylor Platilha e Paulo Klautau)

Despacho: — Compare-se o que estatui o art. 509 do Código de Processo Penal. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

N. 3136 — (contrabando) — Autora: — A Justiça Pública — (Dr. Paulo Meira)

Réus: — Rafael Grossi da Veiga e outros — (Adv. W.

Quintanilha Bibas)

Despacho: — Junta-se um cabograma por mim hoje despachado. II — Informe a Secretaria se já foi respondido o ofício de fls. 141, e cumpra o ordenado no item III do despacho de fls. 140. III — Designo a audiência do dia 22 de setembro próximo, às 9 horas, para qualificar e interrogar os réus Rafael Grossi da Veiga e Clodoaldo José do Nascimento, expedindo-se a competente precatória; a do dia 23 de setembro às 9 horas, para o réu Geraldo Lopes da Silva, que ordeno seja citado por Mandado e a do dia 24 de setembro, às 9 horas, para idênticos atos com relação aos réus Manoel Eudyr Ribeiro dos Santos e Benedito Euton Sarmento Ramos, os quais deverão ser citados por Edital com o prazo de 15 dias. IV — Forme-se o segundo volume com as peças subsequentes. V — Intime-se. Belém, 11.06.71. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto

(G. Reg. n. 172)

PARA Boletim da Justiça Federal n. 108

Expediente do dia 14/06/71 Juiz Federal e Diretor do Fôro

Dr. José Anselmo de Figueiredo Santiago

Juiz Federal Substituto

Dr. Aristides Porto de Medeiros

Chefe da Secretaria

Dr. Loris Rocha Pereira

Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal e Diretor do Fôro

Despachos em Offícios e Petições

Petição de Dagoberto Alves Andrade.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Certifique-se o que constar, pagas as custas pelo Supl. A Secretaria.

Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal e Diretor do Fôro.

Petição de Severino Tavares de Andrade.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Raimundo Lima da Silva.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Antônio Cavalcante Chaves.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Luiz Roberto Moraes de Almeida.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Eduardo Costa

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Laércio Martins de Cristo.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho: — Idêntico à acima.

Petição de Alvaro José Alves da Silva.

Assunto — solicita fornecimento de certidão negativa.

Despacho — Idêntico à acima.

Petição de Zulmira Machado Vita.

Assunto — solicita adiar suas férias para época posterior.

Despacho: — A Como requer. Belém, Pa, em 14.6.71.

a) A. Santiago, Juiz Federal e Diretor do Fôro.

Ofício n. 915/71—SPMAF—DR/PA do Sr. Delegado Regional do DPF

Assunto — remessa de Inquérito Policial n. 14/69-DR/PA — solicitando dilatação de prazo para prosseguimento das diligências.

Despacho — N. A. Sim

Concedo o prazo de sessenta (60) dias, em prorrogação, para a complementação das diligências. Com as cautelas legais remetam-se os autos à autoridade policial. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal e Diretor do Fôro.

Ofício n. 920/71—SPFaz—DR/PARA do Delegado Regional do DPF

Assunto — remessa de Inquéritos Policiais ns 33, 41 e 42/71 — DR/PA.

Despacho — Acusar e arquivar. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal e Diretor do Fôro

Despachos em Processos

Inquérito Policial n. 59/71 do DPF/PA.

Despacho — A. Conclusos. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal e Diretor do Fôro.

Inquérito Policial n. 41/71 do DPF/PA

Despacho — Idêntico à acima.

Inquérito Policial n. 42/71 do DPF/PA

Despacho — Idêntico à acima.

Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal

Despachos em Offícios e Petições

Ofício n. 918/71—SPMAF—DR/PA do Delegado Regional do DPF

Assunto — remessa de Inquérito Policial n. 43/71—DR/PA

Despacho — Ao dr. Procurador Regional da República, para os fins de Ofício Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Of. n. 447-71-JF da Seção Judiciária do Estado de Goiás

Assunto — solicita esclarecimentos a respeito do alvará de soltura referente a Alii Mussi — proc. n. 3137.

Despacho Acusar, responder e arquivar. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal.

Petição de Cairo Lucio Nascimento

Assunto — informa que os exames solicitados serão efetuados no Hospital D. Luiz

Despacho — N. A. Conclusos: Belém, Pará, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Petição de Elias Sefer. (Adv. O. Trindade)

Assunto — apresenta testemunhas — ref. o processo crime de desobediência.

Despacho — Junta-se aos autos. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Despachos em Processos

Ação Penal (crime de furto e receptação culposa)

N. 365 — Autora: — A Justiça Pública (Dr. Paulo Meira)

ra).

Réus — José Correia Lima e outros (Adv. Elydio Sales, Luiz Pascoal A. Jr., Ilhemar Gonçalves de Matos)

Despacho — Observe-se o disposto no art. 500 do Cod. de Proc. Penal. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago Juiz Federal.

Cartas Precatórias Citatórias N. 3273 — Depde — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Seção Jud. do Estado do Piauí

Depdo — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Seção Jud. do Estado do Pará

Despacho Feitos os recolhimentos das custas e processada a remessa da quantia objeto do pedido de fls. conclusos. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal.

N. 3323 — Depde — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Subst. da 3a Vara da Seção Jud. do Estado de Minas Gerais

Depdo — Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Seção Jud. do Estado do Pará.

Despacho — Comuniquese por telegrama, que a devolução da presente carta precatória depende do pagamento das custas, cujo valor consta da peça de fls. 9. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Habeas Corpus N. 3653 — Impetrante — Raimundo Serrão de Castro Sobrinho (em seu favor)

Despacho — Ouça-se o dr. Procurador Regional da República. Belém, Pa, em 15.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Executivo Fiscal N. 1699 — Exequente — O INPS — (Adv. Edvan Capucho)

Executada — M. S. Mendes
Despacho — Dê-se ciência ao exequente do conteúdo na certidão de fls. 15 verso. Belém, Pa, em 14.6.71 a) A. Santiago, Juiz Federal

N. 3098 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — Companhia Paraense de Embalagens (Adv. Armando Marques Gonçalves)

Despacho — Feitos os recolhimentos devidos, conclusos. Belém, Pa, em 14.6.71.

a) A. Santiago, Juiz Fedo.

ral

Cíveis de Justificação

N. 3661 — Requerente — Alice Holanda Vieira Ferreira
Requerido — O INPS

Despacho — Justifique a requerente os fatos alegados em audiência, que designo para o dia 10. do mês de julho vindouro, às 9 00 horas, feitas as citações requeridas às fls. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Sentenças Proferidas

Executivos Fiscais

N. 1803 — Exequente — O INPS (Adv. Edvan Capucho)
Executada — Sociedade Paraense de Máquinas e Equipamentos LTDA.

Sentença — Vistos, etc...
Julgo extinta a presente ação face ao pagamento. Custas na forma da lei. P.R. e I. Belém, Pa, em 14.6.71. a) A. Santiago, Juiz Federal

Em tempo: — Entregue-se a firma executada, mediante termo nos autos, o saldo existente em seu favor. Data supra. a) A. Santiago, Juiz Federal

N. 2809 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — J. Mendes & Cia.

Sentença — Vistos, etc...
Julgo extinta a presente ação face ao pagamento. Custas na forma da lei. P.R. e I. Belém, Pa, em 14.6.71

a) A. Santiago, Juiz Federal

Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Substituto

Despachos em Offícios e Petições

Devolução de Carta Precatória expedida para a Terceira Vara — Seção Judiciária da Guanabara. — Ref. ao Proc. 3138.

Despacho — Junte-se aos autos. Belém, 14.06.71. a) Aristides Porto de Medeiros, Juiz Federal Substituto.

Despachos em Processos Executivos Fiscais

N. 1640 — Exequente: — O INPS — (Adv. Tabajara Pinto de Vasconcelos)

Executado — Paysandu Sport Club (Adv. Arnaldo Moraes Filho e José Ubiracy Silva)

Despacho — Julgo extinta a ação pelo integral paga-

mento da dívida Intimase. Belém, 14.06.71.

a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto

Em Tempo — Informe a Secretaria se há algum saldo em favor do Executado. La ta supra a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto
N. 1692 — Exequente — O INPS — (Adv. Luiz Carlos Noura)

Executado — Serviço Aerotaxi e Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) — (Adv. Antonio Zacarias Lindoso)

Despacho — Qualifique o sr. Oficial de Justiça o depositário a que se refere a penhora de fls. 78-V, e esclareça qual a pessoa que foi intimada da referida diligência. Belém, 14.06.71 a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto.

Em tempo: — Confirme a circunstância de ser a primeira penhora (v. fls. 73-V)

Data supra. a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto.

N. 2222 — Exequente — O INPS (Adv. Arthur Q. Ferreira)

Executado — D. Jorge & Irmão

Despacho — Expeçam-se editais para realização da segunda praça, em o dia 8 de setembro próximo, às 11 horas, no local. Intime-se Belém, 14.06.71. a) Aristides Medeiros.

N. 2986 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — A. Doria S/A — Comercio Representações Industria

Despacho — Vsta a Exequente. Belém, 14.06.71. a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto.

N. 2990 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — Agrinorte —

Eng. Agron. Ind. Comercio S/A.

Despacho — Idêntico à acima.

N. 3171 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — A Doria S/A
Despacho — Idêntico à acima.

N. 3140 — Exequente — A União Federal — (Dr. Paulo Meira)

Executada — Corporação Civil de Vigilância Noturna de Belém

Despacho — Indique a Exequente a causa pendente, que não consta da inicial. Belém, 14.05.71

a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto.

N. 3142 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — Corporação Civil de Vigilância Noturna de Belém

Despacho — Idêntico à acima.

N. 3144 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — Corporação Civil de Vigilância Noturna de Belém

Despacho — Idêntico à acima.

N. 3146 — Exequente — A União Federal (Dr. Paulo Meira)

Executada — Corporação Civil de Vigilância Noturna de Belém

Despacho — Idêntico à acima.

Ação Penal

N. 970 — Autora — A Justiça Pública (Dr. Paulo Meira)

Réu — Michel Leon Marie Bernard Flauhault (Adv. Odilson Novo)

Despacho — Oficie-se à Procuradoria Regional da República. Belém, 14.06.71.

a) Aristides Medeiros, Juiz Federal Substituto

Assinatura do DIÁRIO OFICIAL
Com 50% de Abatimento Para
Funcionários Públicos Estaduais.

Tribunal de Contas

BELEM — TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1971

Presidente: — Dr ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

PORTARIA N. 1.757-A — DE 18
DE AGOSTO DE 1971
S. PESSOAL

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Designar, para responder pela Chefia do Setor do Pessoal, a funcionária Palmira Maria Gonçalves, durante o impedimento da titular Lia Mara de Souza Cardoso, a contar de 17 de agosto de 1971.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, 18 de agosto de 1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
(G. — Reg. n. 1072)

PORTARIA N. 1.758 — DE 19
DE AGOSTO DE 1971
S. PESSOAL

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o requerimento protocolado sob o n. 03084, de 17.08.71, e tendo em vista o horário de aulas expedido pela Universidade Federal do Pará,

RESOLVE:

I — Tornar sem efeito a Portaria n. 1.651 de 12.04.71.

II — Estabelecer, para a Srta. Maria Emília dos Santos Corrêa, Escriutária deste Tribunal, matriculada na 3a. série do Curso Farmacêutico Bioquímico da Universidade Federal do Pará, o seguinte horário:

Segunda-feira — das 11:00 às 13:00 horas.

Terça-feira — das 07:00 horas às 09:00 horas; das 11:00 às 12:30 horas.

Quarta-feira — das 11:30 às 13:00 horas.

Quinta-feira — das 09:00 às 13:00 horas.

Sexta-feira — das 07:00 às 09:00 horas; das 11:00 às 13:00 horas.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 19 de agosto de 1971

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
(G. — Reg. n. 1072)

PORTARIA N. 1.760 — DE 23
DE AGOSTO DE 1971
S. PESSOAL

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Transferir, o período de férias relativas ao exercício de 1971, do funcionário Moacir Monteiro dos Santos, Motorista efetivo deste Tribunal, de 01 a 30.08.71 para 01 a 30.06.72.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 23 de agosto de 1971

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
(G. — Reg. n. 1072)

PORTARIA N. 1.761 — DE 24
DE AGOSTO DE 1971
S. PESSOAL

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Conceder, a funcionária Raimunda Léa Mendes Cacella, Contadora deste Tribunal, oito (8) dias de licença Não, de conformidade com o item III, Art. 85 da Lei n. 749, de 24.12.53, (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), a contar de 18.08.71.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
(G. — Reg. n. 1072)

PORTARIA N. 1.762 — DE 24
DE AGOSTO DE 1971
S. PESSOAL

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a Resolução n. 4373 de 24.8.71.

RESOLVE:

Conceder à funcionária Alice Mesquita Gorayeb, Escriutária Documentarista deste Tribunal, quarenta e cinco (45) dias de licença, em prorrogação para tratamento de saúde, de conformidade com o art. 99, da Lei n. 749, de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), a contar de 15.06.71 a 29.07.71.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
(G. — Reg. n. 1072)

ACORDAO N. 8.000
(Processos ns. 20.863, 20.879, 21.534, 21.539, 21.680, 21.714 e 21.871)

Requerente — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator — Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofícios ns. 179/71, de 1.3.71, 191/71, de 3.3.71, 470/71, de 31.5.71, de 561/71, de 30.6.71, 574/71, de 5.7.71 e 652/71, de 29.7.71, remeteu a registro neste Tribunal, as aposentadorias de:

a) — Raimundo Salomão da Cunha, no cargo de Escrivão de Exatofias, Nível 4, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Exatofias do Interior, decretada em 28.2.71, de acordo com os arts. 110, item III e 111, item I, alínea "a", da Constituição do Estado, combinado com o art. 162, da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953, e mais o art. 180 da Constituição Política do Estado de 15.5.1967; Dec-Lei n. 102, de 28.10.1969, regulamentado pelo parágrafo único o art. 70, do Decreto n. 6.868, de 9.12.1969 e Portaria Governamental n. 1020, de 9.12.1969, percebendo nessa situação os pro-

ventos anuais de Cr\$ 1.798,23 (hum mil, setecentos e noventa e noventa e oito cruzeiros e vinte e três centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral 1.464,00
— 20% por contar 35 anos de serviço 292,80
— Média das percentagens e gratificação .. 41,43

Cr\$ 1.798,23

b) — Maria de Sousa Alves Cicalise, no cargo de Professor Não Titulado, EP-1, do Quadro Especial do Magistério do Estado do Depto. de Educação Primária (Grupo Escolar Pe. Antônio Vieira — Município de Ourém) decretada em 2.3.71 de acordo com os arts. 110, parágrafo único, 111, item I, alínea "a", da Constituição do Estado, combinado com os arts. 138, inciso V, 143, 145 e 227 da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.627,20 (hum mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros e vinte centavos assim discriminados:

— Vencimento integral 1.356,00
— 20% de adicional .. 271,20

Cr\$ 1.627,20

c) — Manoel Evaristo dos Santos, no cargo de Foguista, Nível 2, do Quadro Permanente, lotado no Matadouro do Maguari da Secretaria de Estado da Fazenda, decretada em 31.5.71 de acordo com o art. 159, item III da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953, alterado pelo art. 20., § 20., da Lei n. 1.257, de 10.2.1956 e mais os arts. 139 inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II da mesma Lei n. 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.656,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e seis cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento integral 1.380,00
— 20% de adicional .. 276,00

Cr\$ 1.656,00

d) — Walter Corrêa de Assunção, no cargo de Investigador, nível 3, do Quadro Permanente, lotado nas Delegacias Policiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública, decretada em 31.3.71, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257, de 10.2.1956 e mais os arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II da mesma Lei n. 749; art. 58, parágrafo único da Lei n. 3.203-A, de 30.12.1964, modificada pela Lei n. 4.298, de 24.12.1968, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.124,00 (dois mil cento e quatro cruzeiros) assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.416,00
10% de adicional 141,60
40% de Risco de Vida 566,40

Cr\$ 2.124,00

e) — Waldomiro dos Santos, extranumerário diarista com estabilidade (Servente — Referência I), do Matadouro do Maguari da Secretaria de Estado da Fazenda, decretada em 25.6.71, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257, de 10.2.1956 e mais os arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II, da mesma Lei n. 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.559,40 (hum mil, quinhentos e cinquenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.356,00
15% de adicional 203,40

Cr\$ 1.559,40;

f) — Sidney Antônio do Nascimento Lima, diarista com estabilidade, (Auxiliar de Administração — Referência III), da Secretaria de Estado de Agricultura, decretada em 1.7.71, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257, de 10.2.1956, e mais os arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II da mesma Lei n. 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.557,60 (hum mil, quinhentos e cinquenta e sete cruzeiros e sessenta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.416,00
10% de adicional 141,60

Cr\$ 1.557,60

g) — Catarina Paz dos Santos, extranumerário diarista (Guarda Sanitário — Referência III), da Secretaria de Estado de Saúde, decretada em 29.7.71, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257, de 10.2.1956 e mais os arts. 161, item II, da mesma Lei n. 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.416,00 (hum mil, quatrocentos e dezessete cruzeiros), assim discriminados:

Vencimentos integral do cargo Cr\$ 1.416,00, como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os sete (7) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Nalf Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente
Emílio Uchôa Lopes Martins
Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro

José Maria de Azevedo Barbosa
Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Sub-Procurador
(G. Reg. n. 1072)

A C Ó R D A O N. 8.001
(Processo n. 21.117)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relatora: — Conselheira Eva Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n. 308/71, de 12.04.71, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de Paulo Maranhão Filho, ocupante efetivo do cargo de Médico Clínico, Nível 24, do Quadro Permanente, lotado no Centro de Saúde n. 2, do Departamento de Assistência Médico Sanitário da Secretaria de Estado de Saúde Pública, decretada em 31.03.71, de acordo com o art. 110, item

II da Constituição Estadual, combinado com os arts. 138 inciso V, 143, 145, 227, 161, item I e 163 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 5.702,40 (cinco mil, setecentos e dois cruzeiros e quarenta centavos), correspondente ao vencimento integral do cargo em Comissão de Chefe de Centro de Saúde, Símbolo CC-3, da aludida Secretaria de Estado, assim discriminados:

Vencimento integral .. 4.752,00
20% de adicional 950,40

Cr\$ 5.702,40

como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Nalf Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

Eva Andersen Pinheiro
Relatora

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de A. Barbosa

Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Sub-Procurador

A C Ó R D A O N. 8.002
(Processo n. 21.713)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relatora: — Conselheira Eva Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n. 574/71, de 05.07.71, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de José Maria de Lima, no cargo de Capataz, Nível 2, do Quadro Permanente, lotado na Divisão de Produção Vegetal do Departamento de Produção e Assistência da Secretaria de Estado de Agricultura, decretada em 10 de julho de 1971, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20, § 20, da Lei n. 1.257, de 10.2.1956 e mais os arts. 138 inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II, da mesma Lei n. 749, percebendo nessa situação

os proventos anuais de Cr\$ 1.518,00 (hum mil, quinhentos e dezoito cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.380,00
10% de adicional 138,00

Cr\$ 1.518,00

como tudo dos autos consta:

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Nalf Dalbes Hamouche

Conselheiro Presidente

Eva Andersen Pinheiro

Relatora

Mário Nepomuceno de Sousa

Sebastião Santos de Santana

Emílio Uchôa Lopes Martins

José Maria de A. Barbosa

Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Sub-Procurador

A C Ó R D A O N. 8.003
(Processo n. 21.253)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Conselheiro Emílio Uchoa Lopes Martins.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n. 638/71, de 27.7.71, remeteu a registro neste Tribunal, a aposentadoria de José Raimundo Ferreira, diarista com estabilidade (Vigia — Referência I), do Matadouro do Maguari da Secretaria de Estado da Fazenda, decretada em 27 de julho de 1971, de acordo com os arts. 180, da Constituição Política do Estado de 15.5.1967; 110, item III e III, item I, alínea "a", da atual Constituição Estadual combinado com os arts. 138 inciso V, 143, 145, 227 e 162 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.952,64 (hum mil, novecentos e cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e quatro centavos) assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.338,00
20% de adicional 271,20

20% de acordo com o art. 162 325,44

Cr\$ 1.952,64

como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unânimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

Emílio Uchôa Lopes Martins
Conselheiro Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana

Eva Andersen Pinheiro

José Maria de A. Barbosa

Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Subprocurador

(G. Reg. n. 1072)

A C Ó R D A O N. 8.004
(Processo n. 21.177)

Requerente: — Sr. Leonardo Moraes Maciel, Secretário do CDM do SAA Resp. p/ Presidente do CDM do SAA do Município de Portel, em 1970.

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. Leonardo Moraes Maciel, Secretário do CDM do SAA Respondeu, dando pela Presidência do CDM do Serviço Autônomo de Água do Município de Portel, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal a prestação de contas do S.A.A., referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 15.994,07 (quinze mil, novecentos e noventa e quatro cruzeiros e sete centavos), recebida no exercício financeiro de 1970, havendo comprovado Cr\$ 15.322,58 (quinze mil, trezentos e vinte e dois cruzeiros e cinquenta e oito centavos), passando para 1971 o saldo de Cr\$ 671,49 (seiscentos e setenta e um cruzeiros e quarenta e nove centavos), passível de comprovação, como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unânimemente aprovar, como aprovada fica a prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente "Alvará de Quitação", em favor do Sr. Leonardo Moraes Maciel, Secretário do CDM do SAA, Resp. p/ Presidente do CDM do Serviço Autônomo de Água do Município de Portel, relativamente ao emprêgo da importância de Cr\$ 15.322,58 (quinze mil, trezentos e vinte e dois cruzeiros

e cinquenta e oito centavos), recebida no exercício financeiro de 1970, passando para 1971, o saldo de Cr\$ 671,49 (seiscentos e setenta e um cruzeiros e quarenta e nove centavos), passível de comprovação.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

José Maria de A. Barbosa
Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana

Eva Andersen Pinheiro

Emílio Uchôa Lopes Martins

Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Subprocurador

(G. Reg. n. 1072)

A C Ó R D A O N. 8.003
(Processo n. 19.015)

Requerente: — Sr. João Cândido dos Reis, Diretor da Divisão de Finanças da Secretaria de Estado de Saúde Pública

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. João Cândido dos Reis, Diretor da Divisão de Finanças da Secretaria de Estado de Saúde Pública, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal, sua prestação de contas, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 3.179.161,99 (três milhões, cento e setenta e nove mil cento e sessenta e um cruzeiros e noventa e nove centavos), recebida no exercício financeiro de 1969, à conta da verba: Secretaria de Estado de Saúde Pública — Gabinete do Secretário — Despesas de Custeio — Transferência de Capital — Subvenções Sociais — Créditos Especiais e Percentagens sem multas, como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unânimemente, aprovar, como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Sr. João Cândido dos Reis, Diretor da Divisão de Finanças da Secretaria de Estado de Saúde Pública, relativo a importância de Cr\$ 3.179.161,99 (três milhões, cento e setenta e nove mil, cento e sessenta e um cruzeiros e noventa e nove centavos), referente ao exercício

financeiro de 1969.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 20 de agosto de 1971.

Elias Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

José Maria de A. Barbosa
Conselheiro Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana

Impedido de Votar

Eva Andersen Pinheiro

Emílio Uchôa Lopes Martins

Fui presente:

Dr. Asdrúbal Mendes Bentes
Subprocurador

(G. Reg. n. 1072)

A C Ó R D A O N. 8.006
(Processo n. 21.029)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n. 260/71, de 25.03.71, remeteu a registro neste Tribunal, a aposentadoria de Honório Bastos Martins, no cargo de Inspetor de Alunos, com lotação no Instituto de Educação Estadual do Pará, decretada em 24 de março de 1971, de acordo com os arts. 110, Parágrafo único e 111, item I, alínea "a", da Constituição do Estado, combinado com os arts. 138 inciso V, 143, 145 e 227 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.656,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta e seis cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.380,00
20% de adicional 276,00

Cr\$ 1.656,00

como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unânimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Elias Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

José Maria de A. Barbosa
Relator

Eva Andersen Pinheiro

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana

Emílio Uchôa Lopes Martins
Fui presente:

Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Subprocurador

(G. Reg. n. 1072)

A C Ó R D A O N. 8.007
(Processo n. 21.092)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n. 299/71, de 06.04.71, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de Newton Garcia Eleza, no cargo de Escrevente Datilógrafo, Nível 3, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Exatarias do Interior, decretada em 31 de março de 1971, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 20., § 20., da Lei n. 1.257, de 10.2.1956; arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II da mesma Lei n. 749, Decreto n. 102, de 23.10.1969, regulamentado pelo parágrafo único do artigo 70. do Decreto n. 6.863, de 9.12.1969 e Portaria Governamental n. 1.020, de 9.12.1969, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.034,30 (dois mil, trinta e quatro cruzeiros e trinta centavos), assim discriminados:

Vencimento integral .. 1.416,00
10% de adicional 141,60
Média das quotas e gratificação (parágrafo único do art. 70. do Decreto n. 6.863 — anos 1968, 1969 e 1970) 476,70

Cr\$ 2.034,30

como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unânimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Elias Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente

José Maria de A. Barbosa
Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana

Eva Andersen Pinheiro

Emílio Uchôa Lopes Martins
Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Subprocurador
(G. Reg. n. 1072)

ACÓRDÃO N. 8 008

(Processo n.º 21.876)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, remeteu a registro neste Tribunal, através ofício n.º 654/71, de 29.07.1971, a aposentadoria de Fedro Ribeiro da Silva, extranumerário diarista (Servente), lotado no Colégio Estadual Augusto Meira, decretada em 29 de julho de 1971, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 2º § 2º, da Lei n.º 1.257, de 10.02.1956 e mais o art. 161, item II, da mesma Lei n.º 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.356,00 (Hum Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento integral do cargo Cr\$ 1.356,00, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimidade, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Ellas Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente
José Maria de Azevedo Barbosa

Relator

Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro
Emílio Uchôa Lopes Martins

Fui presente: — Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador

(G. Reg. n. 1.072)

ACÓRDÃO N. 8 009

(Processo n.º 21.801)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público

Relatora: — Conselheira Eva Andersen Pinheiro

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício n.º 610/71, de 19.07.71, remeteu a registro neste Tribunal, a aposentadoria de Toné de Moraes Serrão Filho, no cargo de Adjunto de Promotor Público de Barcarena, Termo da Comarca de Belém, decretada em 14 de julho de 1971, de acordo com o art. 159, item III, da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 2º § 2º, da Lei n.º 1.257, de 10.02.1956 e mais os arts 138, inciso V, 143, 145, 227 e 161, item II da mesma Lei n.º 749, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.821,60 (Hum Mil, Oitocentos e Vinte e Hum Cruzeiros e Sessenta Centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral 1.584,00
— 15% de adicional 237,60

Cr\$ 1.821,60

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Ellas Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente
Eva Andersen Pinheiro

Relatora

Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de Azevedo Barbosa

Fui presente: — Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador.

(G. Reg. n. 1.072)

ACÓRDÃO N. 8.010

(Processos ns. 20.900, 21.020, 21.285 e 21.624)

Relator: — Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins

Visto, relatados e discutidos os processos referentes as seguintes prestações de contas:

a) Processo n.º 20.900 — Prestação de Contas do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, da Prefeitura Municipal de Vigia, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 45.697,91 (Quarenta e Cinco Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Cruzeiros e Noventa e Hum Centavos), recebida no exercício financeiro de 1970;

b) Processo n.º 21.020 — Prestação de Contas do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, da Prefeitura Municipal de Barcarena, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 27.888,92 (Vinte e Sete Mil Oitocentos e Oitenta e Oito Cruzeiros e Oitenta e Dois Centavos), recebida no exercício financeiro de 1970, tendo comprovado Cr\$ 27.701,34 (Vinte e Sete Mil, Setecentos e Hum Cruzeiros e Trinta e Quatro Centavos), passando para 1971 o saldo de Cr\$ 187,48 (Cento e Oitenta e Sete Cruzeiros e Quarenta e Oito Centavos), passível de comprovação.

c) Processo n.º 21.285 — Prestação de Contas do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, da Prefeitura Municipal de Muana, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 38.546,20 (Trinta e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Cruzeiros e Vinte Centavos), recebida no exercício de 1970, tendo comprovado Cr\$ 38.107,75 (Trinta e Oito Mil, Cento e Sete Cruzeiros e Setenta e Cinco Centavos), passando para 1971 o saldo de Cr\$ 438,45 (Quatrocentos e Trinta e Oito Cruzeiros e Quarenta e Cinco Centavos), passível de comprovação.

d) Processo n.º 21.624 — Tomada de Contas do Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, da Prefeitura Mu-

nicipal de Itiporanga, referente, ao emprêgo da importância de Cr\$ 14.465,44 (Quatorze Mil, Quatrocentos e Sessenta e Cinco Cruzeiros e Quarenta e Quatro Centavos), recebida no exercício de 1969, tendo comprovado Cr\$ 13.849,16 (Treze Mil, Oitocentos e Quarenta e Nove Cruzeiros e Dezesseis Centavos), passando para 1970 o saldo de Cr\$ 616,28 (Seiscentos e Dezesseis Cruzeiros e Vinte e Oito Centavos), passível de comprovação, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimidade aprovar, como aprovadas ficam as prestações de contas acima mencionadas, devendo a Presidência deste Tribunal, expedir o competente Alvará de Quitação, aos responsáveis pelas mesmas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Ellas Naif Dalbes Hamouche
Conselheiro Presidente
Emílio Uchôa Lopes Martins
Conselheiro Relator
Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro
José Maria de Azevedo Barbosa

Fui presente: — Dr. Hildeberto Mendes Bitar — Subprocurador

(G. Reg. n. 1.072)

(ACÓRDÃO N. 8.011)

(Processos ns. 21.528 e 21.800)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público

Relator: — Conselheiro Mário Nepomuceno de Souza

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, através ofício ns. 470/71, de 31.05.71 e 610/71, de 19.07.71, remeteu a registro neste Tribunal o seguinte:

a) REFORMA: ex-officio do Cabo pertencente ao Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Antonio

Ribeiro de Souza, decretada em 13 de maio de 1971, de acordo com a letra "a" do artigo 333, combinado com a letra "b" do parágrafo 1º do mesmo artigo da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 2.557,80 (Dois Mil, Quinhentos e Cinquenta e Sete Cruzeiros e Oitenta Centavos), assim discriminados:

— Sólido integral ..	1 764,00
— Grat. de tempo de serviço 20% ..	352,80
— Grat. Cat. I (5%) ..	38,20
— Auxílio invalidez (20%) ..	352,80

Cr\$ 2.557,80

b) APOSENTADORIA de Antonio Lopes Viana, no cargo de Coletor nível 5, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Exatarias do Interior, da Secretaria de Estado da Fazenda, decretada em 14 de julho de 1971, de acordo com os arts. 180, da Constituição Política do Estado, de 15.5.1967; 159, item III, 138 inciso V, 143, 145, 227, 161, item II e 162 da Lei n. 749, de 24 de Dezembro de 1953, Decreto n. 2.865, de 8.1.1938 e art. 123 da mesma Lei n. 749, alterado pelo art. 1º da Lei n. 1.257, de 10.2.1956, percebendo nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 4.839,51 (Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Cruzeiros e Cinquenta e Hum Centavos), assim discriminados:

— Vencimento integral ..	1.524,00
— 20% de adicional ..	304,80
— 20% de acordo com o art 162 ..	365,76
— Média das percentagens (anos de 1966 — 1967 — 1968) ..	2.644,95

Cr\$ 4.839,51

como tudo dos autos consta. ACORDAM, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dois (2) registros solicitados.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente

Mário Nepomuceno de Souza
Relator
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de Azevedo Barbosa

Fui presente: — Dr. Hildeberto Mendes Bitas — Sub-procurador.

(G. Reg. n. 1 072)

ACÓRDÃO N. 8.012

(Processo nº 30.204)

Requerente: — Capitão Eduardo Lázaro Pereira, Chefe do Serviço de Transporte do Estado.

Relatora: — Conselheira Eva Andersen Pinheiro

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Capitão Eduardo Lázaro Pereira, Chefe do Serviço de Transporte do Estado, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal, a sua prestação de contas, na importância de Cr\$ 145.004,89 (Cento e Quarenta e Cinco Mil, Quatro Cruzeiros e Oitenta e Nove Centavos), recebida do Governo do Estado no exercício de 1970, à conta da Verba Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas — Despesas Correntes — Despesas de Custeio, de acordo com o Decreto-Lei n. 55, de 22.08.69, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal, a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Capitão Eduardo Lázaro Pereira, Chefe do Serviço de Transporte do Estado, relativamente ao emprêgo da importância de Cr\$ 145.004,89 (Cento e Quarenta e Cinco Mil, Quatro Cruzeiros e Oitenta e Nove Centavos), referente ao exercício financeiro de 1970.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente

Eva Andersen Pinheiro
Relatora

Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de Azevedo Barbosa

Fui presente: — Dr. Hildeberto Mendes Bitas — Sub-procurador

(G. Reg. n. 1 072)

ACÓRDÃO N. 8.015

(Processo n. 20.754)

Requerente: — Sr. Eng.º Alberto Bentes Guerreiro, Secretário Executivo da ACAR — Pará.

Relator: — Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. Eng.º Alberto Bentes Guerreiro, Secretário Executivo da ACAR — Pará, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal, sua prestação de contas referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil cruzeiros), recebida do Governo do Estado, no exercício financeiro de 1970, à conta da verba: Administração Fazendária — Secretaria de Estado da Fazenda — Despesas de Capital — Investimentos — Serviços em Regime de Programação Especial, de acordo com o Decreto-Lei n. 55, de 22 de agosto de 1969, como tudo dos autos consta.

Acórdam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente aprovar, como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Sr. Eng.º Alberto Bentes Guerreiro, Secretário Executivo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará — ACAR — Pará, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil cruzeiros), recebida do Governo do Estado, no exercício financeiro de 1970.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de agosto de 1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente

José Maria de Azevedo

Barbosa

Relator

Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro

Emílio Uchôa Lopes Martins
Fui presente:

Dr. Hildeberto Mendes Bitas
Sub-Procurador

(G. — Reg. n. 1072)

ACÓRDÃO N. 8.016

(Processo n. 20.704)

Requerente: — Dra. Dora Melo Dias, Diretora da Colônia de Marituba, em 1970

Relatora: — Conselheira Eva Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que a Dra. Dora Melo Dias, Diretora da Colônia de Marituba, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal sua Prestação de Contas, referente ao emprêgo da importância de Cr\$ 96.393,02 (Noventa e seis mil, trezentos e noventa e três cruzeiros e dois centavos), recebida no exercício financeiro de 1970, à conta da verba: Secretaria de Estado da Fazenda, Despesas Correntes, Transferências Correntes, de acordo com o Decreto-Lei n. 55, de 22.08.69, como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente aprovar, como aprovada fica a presente Prestação de Contas, e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor da Dra. Dora Melo, Diretora da Colônia de Marituba, relativamente ao emprêgo da importância de Cr\$ 96.393,02 (Noventa e seis mil, trezentos e noventa e três cruzeiros e dois centavos), recebida no exercício financeiro de 1970.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente

Eva Andersen Pinheiro

Relatora

Mário Nepomuceno de Souza
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins

José Maria de Azevedo
Barbosa

Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Sub-Procurador

ACÓRDÃO N. 8.017
(Processo n. 20.416)

Requerente: — Serviço de
Profilaxia da Lepra.

Relatora: — Conselheira Eva
Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e discu-
tidos os presentes autos,
em que o Serviço de Pro-
filaxia da Lepra, remeteu a
exame e julgamento neste
Tribunal, sua prestação de
contas, referente ao emprê-
go da importância de

Cr\$ 1.200,00 (Um mil e
duzentos cruzeiros), rece-
bida do Governo do Estado
no exercício financeiro de
1970, à conta da verba: —
Saúde Pública — Secretaria
de Estado de Saúde Pú-
blica — Despesas Corren-
tes — Despesas de Custeio
— Encargos Diversos, de
acôrdo com o Decreto-Lei
n. 55, de 22 de 1969, como
tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros
do Tribunal de Contas do Es-
tado do Pará, unanimemente,
aprovar, como aprovada fica
a presente prestação de con-
tas e autorizar a Presidência
dêste Tribunal, a expedir os
competentes Alvará de Quita-
ção, em favor dos Senho-
res Doutores Diniz Oetras Bo-
telho e Ubaldino Imbiriba
Salgado, Diretores do Servi-
ço de Profilaxia da Lepra, re-
lativamente à importância de
Cr\$ 900,00 (Novecentos cru-
zeiros) e Cr\$ 300,00 (Trezem-
tos cruzeiros), respectiva-
mente, referente ao exercício
financeiro de 1970.

Sala das sessões do Tribu-
nal de Contas do Estado do
Pará, em 24 de agosto de ..
1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
Eva Andersen Pinheiro
Relatora

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de Azevedo
Barbosa

Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Sub-Procurador

ACÓRDÃO N. 8.018
(Processo n. 20.350)

Requerente: — Exma. Sra.
Conselheira Eva Andersen
Pinheiro, Presidenta do Tri-
bunal de Contas do Estado
do Pará, em 1970.

Relator: — Conselheiro José
Maria de Azevedo Barbosa

Vistos, relatados e dis-
cutidos os presentes autos,
em que o Tribunal de Con-
tas do Estado do Pará, na
pessoa de sua Presidenta
Conselheira Eva Andersen
Pinheiro, apresenta para
exame e julgamento a
prestação de contas dêste
Tribunal na importância de
Cr\$ 1.792.296,27 (Um mi-
lhão, setecentos e noventa
e dois mil, duzentos e no-
venta e seis cruzeiros e
vinte e sete centavos), re-
cebida do Governo do Esta-
do no exercício financeiro
de 1970, à conta da verba:
— Secretaria de Estado da
Fazenda — Secretaria de
Estado da Viação e Obras
Públicas e Ministério Públi-
co junto ao T. C., como
tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros
do Tribunal de Contas do Es-
tado do Pará, unanimemente,
aprovar, como aprovada fica,
a presente prestação de con-
tas e autorizar a Presidência
dêste Tribunal a expedir o
competente Alvará de Quita-
ção, em favor da Exma. Sra.
Conselheira Eva Andersen
Pinheiro, Presidenta do Tri-
bunal de Contas do Estado
do Pará, em 1970, relativa-
mente à importância de
Cr\$ 1.792.296,27 (Um mi-
lhão, setecentos e noventa
e dois mil, duzentos e noventa
e seis cruzeiros e vinte e sete
centavos), referente ao exer-
cício financeiro de 1970.

Sala das sessões do Tribu-
nal de Contas do Estado do
Pará, em 21 de agosto de ..
1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
José Maria de Azevedo
Barbosa
Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
"Impedido de Votar"

Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Sub-Procurador

ACÓRDÃO N. 8.019
(Processo n. 19.931)

Requerente: — Sra. Cyrene
Machado Passarinho, Presi-
dente em exercício, da As-
sociação Berço de Belém.

Relatora: Conselheira Eva
Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e dis-
cutidos os presentes autos,
em que a Sra. Cyrene Ma-
chado Passarinho, Presi-
dente em exercício da As-
sociação Berço de Belém,
remeteu a exame e julga-
mento neste Tribunal, a sua
prestação de contas na im-
portância de Cr\$ 14.000,00
(Quatorze mil cruzeiros)
relativo ao auxílio recebi-
do do Governo do Estado,
no exercício de 1970, à con-
ta: Secretaria de Estado
da Fazenda — Despesas
Correntes — Transferências
Correntes — Subvenções
sociais de auxílio, como
Decreto-Lei n. 55, de 22 de
agosto de 1969, como tudo
dos autos consta.

Acordam os Conselheiros
do Tribunal de Contas do Es-
tado do Pará, unanimemente,
aprovar, como aprovada fica
a presente prestação de con-
tas e autorizar a Presidência
dêste Tribunal, a expedir o
competente Alvará de Quita-
ção, em favor da Sra. Cyrene
Machado Passarinho, Presi-
dente em exercício da Asso-
ciação Berço de Belém, rela-
tivamente ao emprêgo da
importância de Cr\$ 14.000,00
(Quatorze mil cruzeiros) au-
xílio recebido do Governo do
Estado, no exercício de 1970.

Sala das Sessões do Tribu-
nal de Contas do Estado do
Pará, em 24 de agosto de ..
1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
Eva Andersen Pinheiro
Relatora

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Emílio Uchôa Lopes Martins
José Maria de Azevedo
Barbosa
Sub-Procurador

Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar

ACÓRDÃO N. 8.020
(Processo n. 21.303)

Requerente: — Senhor Oacir
Carrera Ferreira, Prefeito
Municipal de Maracanã, em

1970.

Relator: — Conselheiro José
Maria de Azevedo Barbosa

Vistos, relatados e dis-
cutidos os presentes autos,
em que o Sr. Oacir Carre-
ra Ferreira, Prefeito Muni-
cipal de Maracanã, remeteu
a exame e julgamento nes-
te Tribunal a Prestação de
Contas do Serviço Muni-
cipal de Estradas de Roda-
gem, dêsse Município, rela-
tivamente ao emprêgo da
importância de

Cr\$ 41.149,43 (Quarenta e
um mil, cento e quarenta e
nove cruzeiros e quarenta
e três centavos), passível
no exercício de 1970, tendo
comprovado Cr\$ 41.139,88
(Quarenta e um mil, cento
e trinta e nove cruzeiros e
oitenta e oito centavos), passando
para 1971, o saldo de
Cr\$ 9,63 (Nove cruzeiros e
sessenta e três centavos),
passível de comprovação,
como tudo dos autos consta.

Acordam os Conselheiros
do Tribunal de Contas do Es-
tado do Pará, unanimemente,
aprovar, como aprovada fica
a presente prestação de con-
tas e autorizar a Presidência
dêste Tribunal a expedir o
competente "Alvará de Quita-
ção", em favor do Sr. Oacir
Carrera Ferreira, Prefeito Mu-
nicipal de Maracanã, relativa-
mente ao emprêgo da impor-
tância de Cr\$ 41.139,88 (Qua-
renta e um mil, cento e trin-
ta e nove cruzeiros e oitenta
e oito centavos), destinada ao Ser-
viço Municipal de Estradas
de Rodagem, dêsse Muni-
cípio, referente ao exercício fi-
nanceiro de 1970, passando
para 1971, o saldo de Cr\$ 9,63
(Nove cruzeiros e sessenta e
três centavos), passível de
comprovação.

Sala das sessões do Tribu-
nal de Contas do Estado do
Pará, em 24 de agosto de ..
1971.

Elias Naif Daibes Hamouche
Conselheiro Presidente
José Maria de Azevedo
Barbosa
Relator

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Eva Andersen Pinheiro
Emílio Uchôa Lopes Martins

Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bitar
Sub-Procurador